

SESSÕES DO PLENÁRIO

4ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de fevereiro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (60)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Não havendo expediente a ser lido, passo à votação da aprovação da ata da 1ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, realizada em 5 de fevereiro de 2019.

Os deputados que a aprovam continuem como estão.

Aprovada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente.
(Oradores inscritos)

Com a palavra o primeiro orador inscrito no horário do Pequeno Expediente, o deputado Marcelino Galo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr.^a Presidente, deputada Maria del Carmen, ora em exercício nesta Mesa, caros e nobres deputadas e deputados, minhas companheiras e companheiros servidores desta Casa, senhores da imprensa, *TV Assembleia*, hoje, aqui, eu gostaria de registrar os 39 anos de vida, luta e serviço ao povo brasileiro e à classe trabalhadora brasileira. Então, o partido, este partido, um dos maiores partidos de esquerda do mundo, o maior partido de esquerda da América Latina, completa 39 anos de vida e de serviços à classe trabalhadora.

Este é um partido surgido de forma original na história deste país, um partido surgido da resistência à ditadura militar e passou todo o processo no período de construção da democracia neste país; um partido vindo das forças progressistas do sindicalismo moderno surgido e comandado por esta grande liderança popular que, infelizmente, passa a comemoração dos 39 anos de vida tendo a maior liderança popular já forjada na história da classe trabalhadora, na luta do povo brasileiro, como preso político.

Então, este é um momento complexo da luta política. Temos de celebrar esta vitória de construção deste partido e, ao mesmo tempo aqui, lembrar e resistir, porque nós temos que lutar para libertar Luiz Inácio Lula da Silva.

Esse golpe, cada vez mais, fica transparente quando o próprio juiz que condena esta liderança do povo trabalhador brasileiro, ele assume um posto no mesmo governo que ele ajudou a eleger.

Vejam, a sociedade brasileira, o povo brasileiro, ou seja, ninguém tem dúvida de que se, ali, o presidente Lula estivesse presente, participando, que ganharia o pleito, folgadoamente, das últimas eleições.

E, aí, o povo é sábio. O Brasil viu que foi o período em que, com democracia e com liberdade, ocorreu o maior desenvolvimento e crescimento econômicos com inclusão, repito, com inclusão. Foi um período inusitado na história dos países em desenvolvimento.

E, aí, quem fala isso que está registrado não é nenhum intelectual de esquerda, mas é o próprio Banco Mundial quem reconhece como o período de luz da economia brasileira, o crescimento com liberdade e com inclusão. Aqui, houve outros períodos em que houve crescimento econômico neste país. Mas quanto ao desenvolvimento econômico social com inclusão e com liberdade, isso só ocorreu sob a hegemonia de um governo protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores.

Então hoje é um dia de alegria, mas de contradição, deputada Fátima Nunes, alegria com esta tristeza que deve significar a capacidade de resistência, porque se a classe trabalhadora não libertar Lula, a Justiça...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. MARCELINO GALO LULA: (...) não vai libertar. A Justiça é seletiva ao proteger os milicianos, ao proteger aqueles que enriqueceram explorando a classe trabalhadora brasileira e, ao mesmo tempo, ao perseguir Luiz Inácio Lula da Silva, porque o seu crime foi nascer filho do povo, ser um nordestino, retirante, ser forjado pela classe trabalhadora.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Então, hoje, aqui, relembramos esse grande fundador que está preso!

Liberdade para Luiz Inácio Lula da Silva! Lula Livre!

Viva o Partido dos ^{Trabalhadores} nos seus 39 anos de existência.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao segundo deputado inscrito, deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de até 5 minutos.

Com a desistência do deputado Adolfo Menezes, convido o deputado Rosemberg Pinto, terceiro inscrito, para usar a palavra durante, no máximo, 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidores, visitantes, hoje pela manhã, eu fui fazer uma visita àquela área de propriedade da Dow Química onde, na área de Matarandiba, ali, tem aquele buraco... Narandiba... Matarandiba, não é?

Em Matarandiba, próxima da Ilha de Itaparica, se formou aquele buraco fruto, obviamente, de uma ação de retirada do sal-gema pela Dow Química. E os estudos indicam que há já, em áreas de exploração de sal-gema, principalmente em áreas que estão, mais ou menos, naquela mesma peculiaridade de formação de areia e que isso pode acontecer.

Então, quanto ao buraco, eu achava que era menor, mas ele é de, aproximadamente, 70 metros de profundidade! E há, ainda, um outro buraco que a gente não sabe qual é a dimensão dele! Então isso tem gerado, por parte da comunidade, muita dúvida em relação ao futuro da região, porque existem vários blocos exploratórios, ali, no entorno daquele local e próximo a uma comunidade.

Então é uma perfuração de 1.400 metros de onde eles extraem com vasos comunicantes e, por conseguinte, há uma dúvida com relação à origem daquele buraco.

Nessa visita, eu fui lá com o secretário Bruno Dauster. Fizemos um voo sobre a área e, depois, fomos conversar com os dirigentes da Dow Química que, ainda, divergem se é originário ou não do processo produtivo.

Mas eu quero, depois, aproveitar o presidente da Comissão de Meio Ambiente que, certamente, será o nosso querido deputado José de Arimateia, para debater esta questão e verificar quais as medidas a Assembleia Legislativa tomará.

A ideia é a gente fazer alguns debates trazendo especialistas e a própria Dow Química para explicar, porque há uma solicitação da sociedade com relação àquele local.

Mas, de qualquer maneira, eu fiquei também e saí um pouco, um tanto quanto alegre, porque a Dow Química está tomando todas as medidas no sentido de evacuar daquele local os trabalhadores da própria empresa, retirar para ir para outro local. Foi a condicionante que o Inema deu para eles mudarem a parte industrial daquela área

também, ou seja, criando medidas preventivas para evitar que aconteçam situações como esta que nós acabamos de assistir em Minas Gerais.

Então, quero parabenizar o Inema e a Casa Civil por esta iniciativa. E me convidou para eu poder fazer o acompanhamento dessa área.

Paralelo a isso, eu aproveitei – V. Ex.^a fez parte desse debate aqui – para entender e compreender aquela mudança dos diafragmas de amianto, porque houve, por parte do governo, uma proposição e, por parte deles, de um período para se fazer a adaptação para a nova tecnologia.

Nós verificamos. Eles já adquiriram diversos equipamentos para fazer a primeira célula. O secretário e a diretora do Inema saíram de lá também entendendo que as medidas estão sendo tomadas no sentido de fazer as alterações, porque nós precisamos regulamentar aquela lei. A lei precisa estar regulamentada até para garantir que esta transição seja feita e, também, a gente dialogar com a comercialização de amianto que ainda existe na Bahia e que nós precisamos...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: (...) a partir da sua regulamentação.

Então hoje foi um dia em que participei discutindo essas questões ambientais pela Assembleia Legislativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a Olívia Santana: Comunicação inadiável, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Olívia Santana para uma comunicação inadiável.

A Sr.^a Olívia Santana: Sr.^a Presidenta, eu quero comunicar e lamentar o falecimento do jornalista Ricardo Boechat que deixou a todos nós perplexos e perplexas. Eu compreendo que foi uma grande perda para o jornalismo brasileiro, independente das diferenças em relação às posições políticas. Mas ele era um quadro, um jornalista experiente, acurado, um grande quadro do jornalismo e que nos surpreendeu a todos o seu falecimento na manhã de hoje de maneira trágica.

Aliás, presidenta, o Brasil está vivendo um tempo extremamente sombrio, pois há uma sucessão de tragédias quando uma vem substituindo a outra...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É verdade.

A Sr.^a Olívia Santana: (...) no momento assim. Não há nem intervalo entre uma coisa e outra, ou seja, uma tragédia e a outra tragédia.

E nós esperamos que nenhuma delas substitua, de fato, as outras. É preciso haver, sempre, a apuração, a fim de punir os responsáveis, por exemplo, em relação não só a Brumadinho, mas também em relação à tragédia que ceifou a vida de 10 garotos no centro de treinamento do Flamengo.

Então nós entendemos que isso é muito triste, não só para a família e para os amigos dessas pessoas vitimadas, mas para o conjunto do povo brasileiro.

Então fica o registro, o pesar, o lamento por esta morte tão trágica que abala o Brasil nesta segunda-feira.

É isso, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Adolfo Menezes com seu tempo restituído, por favor, durante 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, é de se lamentar. Faço as palavras da deputada Olívia as nossas palavras, as minhas palavras. É uma pena. Um dos melhores jornalistas do Brasil teve a vida interrompida de uma forma tão trágica e deixa 6 filhos. O Brasil acabou de assistir, há pouco, a outras tragédias. Infelizmente é a vida. O homem lá de cima é quem sabe a hora que todos nós temos que partir. Não dá para entender essas coisas que, sempre, vão acontecer.

Srs. Deputados, a Bahia está de parabéns por mais uma área importantíssima, falando em meio ambiente, que é a produção de energia limpa. Até bem pouco tempo, a Bahia não dispunha de um complexo eólico sequer e, hoje, já está caminhando para o seu primeiro produtor do Brasil na produção de energia eólica.

E, para o meu prazer, como campo-formosense, Campo Formoso desponta, ao final da instalação dos complexos previstos, como o maior ou um dos maiores municípios da Bahia na produção de energia eólica. Nós já temos, deputada, – e sua região também – dois parques em operação; outro em implantação e um terceiro tomando as providências para a instalação com 300 megawatts, que já tem energia comprada pela Vale do Rio Doce e pela Braskem.

Então, portanto, as empresas, uma francesa e uma italiana em parceria, vão ter pressa em fazer esse parque, porque dizem que as torres são muito mais modernas, maiores do que as outras implantadas, até então, na Bahia; que vai ser bom tanto para a Bahia que distribui o ICMS para todos os municípios como para o município de Campo Formoso que vai gerar.

Agora, não entendo ainda, deputada Maria del Carmen, como tanta coisa que falta no Brasil, o Congresso Nacional... Eu falava, no ano passado, com o senador Walter Pinheiro, um senador técnico, conhecedor desses assuntos de tecnologia. Infelizmente, ele largou a política, mas, hoje, como secretário do Planejamento do governador Rui Costa, tem muito a continuar contribuindo.

Por que não existe, ainda no Brasil, uma lei, melhor, uma política de distribuição de *royalties*?

Todo mundo sabe que os municípios, produtores de petróleo, como é o caso aqui que tem refinaria em Madre de Deus e em São Francisco do Conde, recebem uma fortuna de *royalties*. Digo assim para não falar em Campos e em outros municípios dos outros estados do Brasil.

Apesar de ser uma energia nova no Brasil, não existe, ainda, energia eólica e energia solar. Todos nós sabemos das matrizes energéticas do país, a maior parte é

hidrelétrica, uma parte termoe elétrica e as usinas nucleares que nunca saíram do lugar há décadas, em Angra. A energia eólica é energia nova, mas nova que já tem alguns anos e não existe ainda uma política no Brasil.

E é de se espantar, deputado Targino, que os municípios produtores venham a receber o que é devido: *royalties*. E o que acontece? São milhões de investimentos. As empresas, durante a instalação desses complexos eólicos, pagam alguns impostos para a prefeitura, claro, prefeituras que têm estrutura para fiscalizar, senão eles sonegam. E o grosso, os recursos maiores que o município poderia receber que eram esses *royalties*, aos quais o município tem direito, não existe ainda, pasmem, uma política no Brasil.

O senador Walter Pinheiro à época...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. ADOLFO MENEZES: (...) me disse que estava encaminhando. Mas, no momento, estou esperando o Congresso voltar aos trabalhos, aliás, voltou na semana passada e ainda está devagar. Dizem que o ano, no Brasil, só começa depois do Carnaval. Estou esperando passar esse tempo para eu ir a Brasília, a fim de ver como está a situação que tem penalizado...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. ADOLFO MENEZES: Vou encerrar, Sr.^a Presidente.

(...) os municípios produtores de energia eólica que tanto precisam desses recursos. Em outro tempo, voltarei a discorrer sobre este assunto que é da maior importância para a Bahia e...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. ADOLFO MENEZES: (...) para os municípios que estão produzindo essa energia limpa no mundo de hoje em que se fala tanto em meio ambiente, uma energia limpa que não traz impacto nenhum ao meio ambiente.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, deputado Adolfo Menezes.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, senhores da imprensa, senhores das Galerias, senhores Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, é imperativo, no dia de hoje, antes da minha fala, eu solicitar, a V. Ex.^a, a concessão de uma questão de ordem para, através dela, eu solicitar que todos nós, melhor, este Parlamento preste justas homenagens ao

jornalista que, ao meu ver, senão é o melhor, mas dos melhores quadros do jornalismo nacional, Ricardo Boechat, que nos deixou de forma trágica hoje.

E, de igual modo, aquele acidente que, ao meu ver, *data venia*, não deve ser chamado de acidente, mas de um sinistro absolutamente previsível que ceifou tantos sonhos em um só momento, num só instante.

Eu quero dizer a V. Ex.^a, através desta questão de ordem, que este Brasil, se fosse um país sério que respeitasse as leis, que as leis servissem para transformar todos em pessoas iguais, não teríamos, lá, naquele Ninho do Urubu, naquele centro de treinamento do Flamengo, um alojamento naquelas circunstâncias, um alojamento metálico, revestido de material absolutamente inflamável, com uma porta só e com janelas travadas por grades por fora, onde se alojavam crianças que, infelizmente, levaram consigo tantos sonhos. Eram sonhos de jovens crianças e sonhos de tantos que ficaram a prantear as suas perdas.

Por isso, solicito, a V. Ex.^a, 1 minuto de silêncio nesta Casa em homenagem ao quanto, aqui por mim, foi relatado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Vosso pedido será atendido, deputado Targino Machado.

Faremos 1 minuto de silêncio a partir de agora.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Retorno a palavra ao deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Que me retornem o tempo também, excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Dois minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu pedi questão de ordem...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ah, pediu questão de ordem... Retomados os 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: É! Me retornem o tempo, por favor!

Quem cuida disso?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): O som.

(Pausa)

Retornado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Lamento profundamente a passagem de Ricardo Boechat de forma especial eu mesmo, pois eu admirava muito a cultura, a forma e o jeito de apresentar a notícia do jornalista. Não importa se concordava ou discordava do seu jeito e da sua forma. O importante é que eu e tantos outros da sociedade vamos ficar sem o âncora no comando de programas e de noticiários com a envergadura pessoal e a estatura moral de Ricardo Boechat e a sua competência.

Homem que falava tanto para um lado quanto para o outro. De tantos dedos apontados e tantas pedras atiradas para um lado e para outro, eu fico certo de que ele não tinha telhado de vidro, não tinha rabo preso.

Mas, Sr.^a Presidente, vi, há pouco, no *Bahia Notícias*, uma notícia a respeito ao vereador da capital José Trindade. Ele vem, legitimamente, no uso da sua prerrogativa parlamentar, buscar a lista nominal dos conselheiros que são aqueles que recebem remuneração do Erário por participação em conselhos municipais. Como disse, é direito legítimo, é da sua competência assim proceder indo ao encontro das suas prerrogativas e do seu múnus parlamentar.

Mas eu pediria somente a S. Ex.^a, o vereador, se tomar conhecimento da minha fala, dar publicidade, também, ao que o prefeito ACM Neto fez ao final do ano passado! O prefeito ACM Neto publicou a relação nominal de todos os conselheiros que receberam, durante o ano de 2018, proventos decorrentes das participações nesses conselhos. Saiu a relação nominal. E ele, ainda, fala disso sem dar publicidade a este fato. Com isso, ele está levando o erro à população e aos seus eleitores.

Mas não sou eu quem vai administrar os interesses e o mandato do vereador.

Mas, agora, falta algo. Já que ACM Neto publicizou a relação nominal dos conselheiros que recebem dinheiro pela participação nesses conselhos municipais. Agora, cabe a nós, deputados, buscarmos de S. Ex.^a o governador, até porque numa escala infinitamente maior do que a escala municipal, que ele possa disponibilizar a relação nominal dos conselheiros que recebem dinheiro...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para participar dos conselhos em nível estadual. Essa história de cobrar transparência de um e não cobrar de outro, eu quero dizer a todos que transparência não tem lado! A transparência é algo solar. Solar! Não é possível meia transparência, como alguns querem. A meia transparência já foi obtida: o prefeito ACM Neto disponibilizou...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) no ano passado essa relação. Falta agora, de igual modo, o governador Rui Costa fazê-lo.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o Pastor Tom pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, quero dar boa tarde a todos e cumprimentar a deputada que está exercendo a presidência e os demais deputados.

Quero usar esta tribuna – neste momento que a gente conhece como pinga-fogo, não é? – para trazer aqui um relato e pedir ajuda aos deputados da Situação.

Na cidade de Feira de Santana, os médicos que trabalham para o governo do estado estão há 4 meses sem receber salário. Acho isso algo terrível, porque a hora do

almoço, 12 horas, não dá só na casa de quem de direito, como o secretário, que é responsável pelo pagamento do salário dos médicos. Então, vejo isso com muita tristeza.

Trago essa denúncia, acho, até para ajudar o governo, pois a gente traz a indignação daqueles “operários”, dos médicos que estão trabalhando ali para ajudar as pessoas, dando vida àquelas pessoas. Esses médicos estão há 4 meses... o último salário deles foi em outubro! Já passaram novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, e nada de pagamento do governo do estado para os médicos que trabalham ali no Hospital Clériston Andrade.

E fiquei também sabendo – informação de médicos – que quem trabalha aqui no HGE, na cidade de Salvador, tem um tratamento; quem trabalha no interior tem outro. Quer dizer que só tem esse privilégio quem trabalha em Salvador? E quem trabalha no interior não tem?

Acho que esse governo, que foi eleito com 75% dos votos, aí está para dar atendimento correto ao povo da minha Bahia. Aqui eu não vou me calar diante de uma situação dessas! Então, peço aos colegas deputados da Situação que levem essa informação para quem de direito, porque os médicos também são seres humanos. Como é que um médico que está com 4 meses de salário atrasado vai dar um tratamento digno para alguém? Ele vai passar também por dificuldades.

Então, peço aqui, encarecidamente, aos deputados que levem essa informação e resolvam isso o mais rapidamente possível. Vemos pronunciamentos, vemos aí reportagens o tempo todo dizendo que a saúde vai bem, que estão abrindo policlínicas, que estão abrindo hospital, mas como é que fazem novas unidades se está faltando o pagamento dos médicos? Os médicos também são seres humanos.

O governo tem que rever isso. Nada contra a abertura de hospital, de policlínica. Agora, para você abrir uma estrutura, você tem de primeiro apoiar a outra estrutura, porque da forma como está não tem condição nenhuma.

Então, quero deixar esse recado, porque moro em Feira de Santana e estou vendo as dificuldades que eles estão passando. Procurei mais informações, sei que os médicos não estão satisfeitos, mas ficam oprimidos, com medo de abrir a boca para não serem cortados do emprego. Acho que o governo tem que ser democrático, não pode estar administrando com punhal, com cacete na mão. Desculpem até a expressão. O cara está lá passando fome e tem de ficar calado.

Fui convidado e me pediram para trazer esse assunto a esta Casa do Povo, aos deputados que aqui são preocupados com os menos favorecidos e, também, com os médicos que trabalham para a saúde nos municípios da Bahia.

Repito, peço, encarecidamente, que os senhores e as senhoras nos ajudem a normalizar o pagamento daqueles “operários”, que são os médicos da Bahia, especialmente do Hospital Regional Clériston Andrade. Também aproveito para dizer que lá existe um grande administrador, o Dr. Pitanguiera, que tem feito um grande trabalho naquele hospital. Quero aqui elogiá-lo.

Agora, meu irmão, minha irmã, meus amigos, fica difícil trabalhar sem pagamento. Fica difícil...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) sem os “operários” terem o seu honorário. Está aqui a minha indignação.

Quero aproveitar estes 24 segundos que ainda tenho para informar que amanhã estarei trazendo outro assunto, que fala sobre o Detran da Bahia; especialmente a Ciretran, em que existe uma empresa que está cobrando um absurdo. E tem duas notificações judiciais agora.

Mas quero tratar desse assunto amanhã. Hoje, quero só focar na saúde para que o governo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) ou quem de direito resolva pagar o salário dos médicos.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de até 5 minutos.

(Pausa)

Enquanto o deputado Hilton resolve ali a senha, com a palavra o deputado José de Arimateia pelo tempo de até 5 minutos.

(Pausa)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Registre o tempo do deputado, por favor.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr.Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, primeiro, para lamentar a perda do jornalista independente Ricardo Boechat. Hoje pela manhã, quando eu me dirigia a esta cidade, Salvador, eu vinha ouvindo o seu programa na *BandNews*. Depois, quando eu já estava numa reunião, soube que aconteceu essa tragédia. O helicóptero caiu e, lamentavelmente, a sua vida foi ceifada.

Aí, Sr.^a Presidente, a Bíblia Sagrada, a palavra de Deus, diz que há tempo para tudo. Há tempo para nascer e há tempo para morrer. E são poucas as pessoas que conhecem essa passagem. São poucas as pessoas que também conhecem, Sr.^a Presidente, que quando a gente ora – ou reza, para as pessoas que dizem que é reza – o Pai Nosso, lá no final diz o seguinte: nos livra do dia mal. Então, esse dia do mal que existe, todos nós um dia vamos passar por ele. Todos nós um dia vamos enfrentar o dia do mal. E quem é que pode dar o livramento? É Deus.

Deus dá o livramento para que a gente possa se preparar. Porque quando a gente ora o Pai Nosso: Pai Nosso que estais nos Céus, santificado seja o teu Nome, venha a nós o teu Reino, seja feita a tua vontade assim na terra como nos Céus. O pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoe as nossas dívidas assim coma nós perdoamos os nossos devedores, e não nos deixeis cair em tentação, mas nos livra, mas nos livra do dia do mal.

Se cada pessoa soubesse a importância do Pai Nosso, antes de sair de casa ela orava, falava com Deus. Lamentavelmente, esse dia do mal hoje está sendo para a família do jornalista independente Ricardo Boechat.

E aí eu peço a Deus que venha a fortalecer a sua família. Nós não podemos mais orar por ele, porque enquanto ele estava vivo a gente podia até orar, mas depois que morre, só Deus sabe. E aí a importância de a gente ter essa fé nesse Deus, porque quando a gente morre só tem dois caminhos para ir: ou o céu ou o inferno. Não existem três opções. Só tem duas opções: ou o céu ou o inferno.

Então gostaria de deixar isso aqui registrado, para que cada um de nós possa, realmente, refletir que a nossa vida deve estar sempre entregue ao nosso Deus, criador do céu e da terra. Ele, Deus, é o autor da nossa vida. A Bíblia diz que é Deus que nos dá a vida como também é Deus que tira a nossa vida. Ele é o autor da nossa vida. Agora, Deus tem que nos preparar.

Tenho certeza que, neste momento, muitas pessoas que acompanhavam o seu programa estão sentidas. Mas, agora, o que nós temos de reconhecer é que precisamos, sempre, estar em comunhão com Deus, sempre buscando a Deus para que Deus possa nos livrar e nos preparar para enfrentar o dia do mal. É como a morte, não tem ninguém que diga que veio a este mundo e não vai morrer. Vai morrer, sim, mas nós temos de nos preparar para enfrentar o dia do mal.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Que sirva de exemplo a todos nós, pois a nossa vida é assim: para morrer basta estar vivo.

Era isso que gostaria de deixar registrado e lamentar essa perda para a comunicação do nosso país. E lamentar, também, porque ele era uma pessoa destemida na hora em que estava na comunicação tanto no rádio como na TV.

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) Que sirva de exemplo para os da nova geração que estão caminhando para os meios de comunicação, para que sejam dessa forma.

Um abraço, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde, presidenta Maria del Carmen, queríamos começar reproduzindo a posição nacional do PSOL, também falando da nossa profunda tristeza com a morte do jornalista Ricardo Boechat. Queríamos nos solidarizar com a família e, claro, com toda a categoria dos jornalistas do Brasil inteiro.

Bom, ocupo esta tribuna, Sr.^a Presidenta, para tratar de uma questão que todo dia está, de forma direta ou indireta, sendo abordada pela grande imprensa deste país, numa cantilena que, realmente, não para. Se o dia está quente, é culpa da ausência da reforma da Previdência; se o dia está muito frio, o problema é a reforma da Previdência. Não existe um dia em que a *Rede Globo*, o *SBT*, a *Record*, enfim, o grande jornalismo no Brasil não bata nessa cantilena de que é preciso fazer essa reforma da Previdência, para que possamos pensar em garantir um direito fundamental do povo brasileiro, talvez a sua principal garantia, que é a de uma velhice com o mínimo de dignidade.

Então, queremos dizer que ninguém é contra se discutir, se rever a situação da Previdência no nosso país. Aliás, como disse, é talvez o maior patrimônio do povo brasileiro. O povo brasileiro, que tem tantos direitos negados, tem na sua Seguridade Social, com certeza, algo fundamental na sua vida, tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista coletivo, se nós pensarmos na totalidade da sociedade brasileira.

No entanto, o que nós percebemos é que a intenção dessa reforma é, fundamentalmente, a retirada de direitos. E ela parte de pressupostos que são absolutamente questionáveis. O primeiro foi completamente desmoralizado pela CPI da Previdência Pública, conduzida com muita maestria pelo senador Paulo Paim, que mostrou com dados como a Seguridade Social do nosso país, na verdade, não é deficitária; ela é superavitária. O primeiro erro metodológico quando se discute a Previdência – e isso não é por inocência – é que ela é retirada e isolada. É como se fosse aquela história do que entra e do que deve sair da caixa d'água.

E assim retiram a Previdência pública do tripé da Seguridade Social, que são saúde, assistência social e Previdência pública. Ao olharmos por essa perspectiva, nós temos um conjunto de fontes que devem sustentar a Previdência do nosso país, mas que são desconsideradas hoje pelos grupos dominantes, para repetir essa cantilena, como falei aqui.

A segunda questão é que se desconsidera a chamada DRU – Desvinculação de Receitas da União. Ora, os 30% desvinculados das receitas da Previdência são, praticamente, o que se chama de rombo da Previdência. Ou seja, se o que deveria estar sendo empregado na Seguridade Social do nosso país fosse empregado, não existiria nenhum sentido se falar de rombo, deputado Jacó. Essa é a realidade.

Por fim, não falam dos grandes devedores. Onde está a *Rede Globo*, onde estão a *Record*, o Itaú, o Bradesco, ou seja, as empresas que fazem parte daqueles 50 maiores devedores. Estes, por si só, sanariam... ou melhor, eles já devem o triplo do que seria o chamado rombo da Previdência. Então é preciso fazer esse debate muito bem feito na sociedade brasileira.

Ninguém sabe para onde esse governo vai, mas ele está largando um conjunto de balões de ensaio, cada um mais perverso do que o outro, em relação...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) ao povo brasileiro.

O último, só para concluir, Sr.^a Presidenta, é esse discurso em relação à substituição do regime de repartição pelo de capitalização. Individualiza-se a situação, não se enxerga o povo brasileiro como povo. Então, por exemplo, se um trabalhador brasileiro começar a sua jornada de trabalho hoje e amanhã – como aconteceu com o jornalista Ricardo Boechat – sofrera um acidente e morrer...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a sua família, pelo regime de capitalização, estaria completamente abandonada, porque ele não teria arrecadado nada. Onde fica a noção de povo, a noção de nação do povo brasileiro? Está completamente sacrificado.

O Chile já provou desse remédio e não gostou nada, porque entendeu que é um veneno. Na verdade, a taxa de suicídio no Chile aumentou avassaladoramente. E aqui já se pensa nesse famigerado regime de capitalização, entre outros balões de ensaio que o governo Bolsonaro tem jogado.

Vamos fazer o debate político, porque esta Casa precisa aprofundar a reflexão crítica. Não podemos aceitar que a grande imprensa trabalhe com uma questão tão séria para o Brasil como se trabalhasse com *fake news*.

Muito obrigado, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito, deputado Zé Raimundo, pelo tempo até de 25 minutos.

Acabou o tempo regulamentar do Pequeno Expediente, deputado Jacó e deputada Olívia, por isso não foi possível V. Ex.^{as} usarem a tribuna agora.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr.^a Presidente desta sessão, nobre deputada Maria del Carmen, colegas deputados e deputadas, os que nos assistem através da *TV Assembleia*, presentes às Galerias, jornalistas, colaboradores da Mesa Diretora, todos os que estão nos gabinetes, ocupo, Sr.^a Presidente, este horário no Grande Expediente para trazer alguns temas, ao nosso ver, significativos para o atual momento da política brasileira.

De forma preliminar, também gostaria de manifestar os nossos sentimentos à família rubro-negra, do Flamengo, pela perda irreparável de tantos jovens que sonhavam em um dia serem grandes astros do futebol, mas, de forma dramática, tiveram suas vidas ceifadas. Também manifesto aqui a nossa solidariedade à família do jornalista Ricardo Boechat.

Da mesma forma que nesses últimos dias, em todos os lugares do Brasil, também tem sido a tônica a solidariedade às famílias mineiras, lá em Brumadinho,

onde está o Inhotim, museu que faz aquela região ser conhecida internacionalmente. Eu tive o privilégio de visitar Inhotim, um museu aberto de arte botânica, com coleções extraordinárias da arte contemporânea.

Eu não sabia que ali havia tantos problemas vinculados à questão ambiental e à segurança do trabalho, já que Brumadinho é uma cidade muito conhecida em função desse museu. Eu estive, naquela oportunidade, conhecendo um pouco da cidade, mas jamais imaginaria que pudesse acontecer esse desastre que agora nos surpreendeu.

Sr.^a Presidente, também trago hoje alguns temas que, ao meu ver, como eu disse, são importantes para a nossa conjuntura. Eu começo falando dos 39 anos do Partido dos Trabalhadores, data comemorada neste final de semana em vários diretórios, em várias cidades, em vários grupos de mobilização social e nos movimentos que têm, às vezes, até outras orientações político-eleitorais, mas que reconhecem no nosso partido uma grande experiência histórica para o povo brasileiro.

Comemoramos os 39 anos do PT num momento dramático também na nossa vida partidária, já que o nosso maior líder, o presidente Lula, se encontra privado da sua liberdade, de forma injusta, num processo que todos os advogados, todos os criminalistas, todos os que entendem também de outras legislações constitucionais, penais reconhecem isso.

Enfim, há uma unanimidade na avaliação de que o Lula está preso sem provas e que foi, na verdade, uma grande jogada política da elite brasileira. Esta deu o golpe para retirar do governo uma mulher honesta, Dilma Rousseff, e em seguida criminalizou uma série de dirigentes partidários. E o alvo maior era o Lula, para que ele não retornasse à disputa política do ano passado.

E as forças conservadoras e reacionárias conseguiram esse intento com o apoio de parte da grande mídia e, principalmente, de setores da elite brasileira representados no Congresso Nacional por aqueles que votaram a cassação da Dilma. E muitos torceram e fizeram campanhas para que o Lula fosse retirado da vida política.

Então nós estamos comemorando 39 anos com muito orgulho. Sinto que o Partido dos Trabalhadores não foi compreendido, infelizmente, pela burguesia brasileira. Os liberais brasileiros não entenderam o papel histórico fundamental do Partido dos Trabalhadores, que nasceu no final dos anos 70, sendo fundado efetivamente em 80. O início formal foi em fevereiro de 80, mas já vinha sendo construído a partir de 74, 75, 76.

No processo de redemocratização, ali estavam as forças vivas, as energias, os centros dinâmicos sociais que levaram à fundação do Partido dos Trabalhadores. Ali estavam as oposições sindicais, as comunidades de base, os novos movimentos sociais de mulheres, de negros, de LGBTs, das periferias, das donas de casa, da luta pela creche, do movimento ambientalista, do movimento negro. Enfim, como se diz hoje na sociologia brasileira, os novos sujeitos que entraram em cena, e o Partido dos Trabalhadores foi fruto daquele dinamismo naquele momento.

Depois de 79, com a anistia, houve o retorno à vida pública de muitas lideranças que foram presas e exiladas. Muitos desses atores vieram de partidos políticos e de organizações políticas que estavam ilegais no período da ditadura, fizeram autocrítica em relação aos seus métodos e se integraram para fundar um partido de massa, um partido que tivesse raiz no povo brasileiro.

Um partido que trouxesse, ao mesmo tempo, a referência no socialismo libertário e em alguns núcleos de origem marxista-leninista, que também lá estavam. Mas, sobretudo, havia uma nova participação popular da igreja, das comunidades de base, do povo brasileiro genuíno, que até então não tinha vez nem voto na política brasileira.

Sinto-me à vontade porque sou um dos fundadores do PT desde os anos 79, 80. Antes, nunca tinha participado de nenhum partido político legal. Votei em candidatos democratas do MDB antigo; votei em companheiros do PCB e do PCdoB que estavam dentro do MDB antigo naquele momento histórico. E a partir da fundação do Partido dos Trabalhadores me tornei militante desse partido.

Mas não vou falar da minha trajetória pessoal, quero apenas chamar atenção da importância histórica desse partido, que colocou na cena política sindicalistas, homens e mulheres que nunca tiveram vez nem voto na vida pública. Mais do isso, o PT renovava no seu método de organização através dos núcleos, através das conferências, através das composições nas estruturas partidárias de forma democrática.

E, mais ainda, tinha um programa estratégico que recusava o chamado socialismo autoritário, que para alguns com o qualificativo de stalinista, e ao mesmo tempo também recusava o reformismo de uma social democracia que aderiu ao capitalismo internacional e que não tinha um projeto mais de reformas, para não se falar aqui de revolução, de transformações profundas no combate à desigualdade, no aprofundamento da democracia.

Foi esse o programa que o Partido dos Trabalhadores trouxe do plano doutrinário e organizativo com um outro componente adicional: defesa da nação acreditando que era possível se construir um capitalismo humanizado, reformado, com a inclusão de milhares de pessoas. Ou seja, em nenhum momento, mesmo naquelas fases mais radicais, o PT se recusou a participar do amplo debate sobre os destinos do país, pois foi exatamente este partido que construiu inúmeras estruturas coletivas neste país afora e que depois de muitas lutas chegou ao poder em 2003.

E já, aí, adicionando mais ainda um componente no seu programa de governo, que muitos temiam que o PT iria romper com o mercado, que iria romper com os tratados internacionais, com as instituições financeiras, e já naquele momento, na vigência do neoliberalismo dominando o mundo, a direção partidária entendeu que era preciso fazer mais uma inflexão no seu programa, admitindo uma composição com a burguesia nacional, com a burguesia brasileira.

A presença de José de Alencar, de setores da burguesia brasileira no governo Lula, participando, e ali, o partido, sobretudo pelo sentimento do Lula, montou uma estratégia de transferência de renda, de inclusão social, de programas sociais para

combater a fome e a miséria e ampliar as oportunidades para os setores médios da população brasileira.

E vieram esses programas, as políticas públicas que todos os senhores conhecem e as senhoras conhecem, que mudaram efetivamente a vida de milhares de brasileiros, de pequenos agricultores, de donas de casa que nunca tiveram oportunidade de acesso a um bem cultural, a um bem material; transferiu renda através de um sistema de aposentadoria para os trabalhadores rurais, para a agricultura familiar com o Pronaf, que no governo do PMDB..., do PSDB, chegou ali a R\$ 2,6 bilhões. No governo Lula, no governo do PT, chegamos a quase R\$30 bilhões para a agricultura familiar.

Melhoramos o salário mínimo, valorizamos o salário mínimo, as aposentadorias, como mecanismo também de transferência de renda; ampliamos a oportunidade do ensino superior, seja na estrutura do próprio poder público com as universidades federais, através de novos *campi*, ou mesmo através do Reuni e do Prouni, aproveitando as estruturas das universidades particulares e ali colocando recursos públicos para que de forma mais ágil, num curto espaço de tempo as populações, os jovens das classes trabalhadoras, pudessem adentrar e sentar-se num banco de universidade. Foi essa a grande diretriz na área da educação como na área da cultura, num programa nacional, nos componentes nacionais, o pré-sal transferindo também recursos para a educação, para a saúde, ou seja, um programa apenas de reformas econômicas e sociais, tendo em vista melhorar o mercado interno, ampliar o número de consumidores para que se fortalecesse a burguesia nacional.

E nesse sentido também, utilizando-se dos bancos estatais – como o BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica – valorizando os investimentos de setores estratégicos da nação como, por exemplo, a produção de proteínas de carne.

Muitos não entenderam, até hoje, por que a JBS, por que a Odebrecht, a OAS, a Camargo Correa, por que outras empresas foram fortalecidas para fortalecer a burguesia nacional, colocar a possibilidade de disputa no mercado internacional, levando à África, à América Latina, à América do Sul a uma disputa acirrada com os grupos monopolistas internacionais.

Ou seja, está muito claro: um programa burguês com um conteúdo social, com um conteúdo nacionalista. As isenções: bilhões e bilhões que nós isentamos a burguesia brasileira, os industriais brasileiros, para também fortalecer o mercado interno.

Mas a burguesia, na sua pressa, na sua falta de projeto, que nos coloca agora o debate se ainda existe, se é possível ainda um desenvolvimento nacional autônomo, ou se é completamente a teoria da dependência. Ou seja, não há mais possibilidade de se construir uma nação com essas classes sociais.

Tiveram a oportunidade histórica e traíram a Dilma. Os mesmos industriais, que assinaram o decreto a favor da cassação da Dilma, foram os mesmos industriais, forma as mesmas lideranças liberais, burguesas, que foram pedir aquele programa de reforma que a Dilma fez em 2011, 2012, 2013, estavam colados com a Dilma.

E na primeira crise abandonaram o projeto e se aninharam num golpe inicial da Dilma, do Lula e, agora, também com esse governo que aí está, que vai afundar completamente e causará a destruição do patrimônio nacional.

Portanto, comemorar os 39 anos do Partido dos Trabalhadores é uma reflexão da possibilidade histórica de uma reforma neste país, incluindo a burguesia nacional, como um possível ator político ou não.

Pelo que estou vendo aí a burguesia nacional não quer mais a nação brasileira. Querem se aliar de forma secundária e dependente ao grande capital especulativo financeiro internacional.

Por isso, é com muito orgulho que nós nos sentimos hoje como protagonistas de um processo que transformou este país mais triste, porque o nosso presidente está preso, não só por isso, mas também por conta da criminalização da política, mais ainda, setores da sociedade, setores médios...

O Sr. Jacó Lula da Silva: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Concederei ao nobre colega um aparte.

Mas, para fechar meu raciocínio. Portanto, essa é a agenda que teremos, no Congresso deste ano do Partido dos Trabalhadores. Vamos discutir as estratégias, as formas de organização, mas sobretudo vamos fazer um grande balanço do que nós ajudamos o povo brasileiro.

Também vamos enxergar com uma lupa bem grande os traidores desse projeto, os que traíram esse projeto.

Concedo a palavra ao nobre colega deputado.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Nobre deputado, colegas aqui presentes, queria lhe congratular por sua reflexão importante.

E é importante nós olharmos para trás para valorizar o que o Partido dos Trabalhadores fez no nosso país. É importante que a sociedade perceba que, antes do nosso partido, do presidente Lula assumir esse país com um projeto de nação, de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com distribuição de renda, o nosso povo se encontrava na miséria, o nosso povo bebia água barrenta, o nosso povo não tinha água para morar, o nosso povo não tinha energia elétrica, o nosso povo não tinha acesso à educação.

E o governo do presidente Lula foi um governo capaz de dialogar com setores da burguesia e implementar um projeto de nação que conseguiu desenvolver programas e projetos tão importantes que... Não somos nós que dizemos. Porque os adversários, muitas vezes, criticam, nos criticam que o Brasil está quebrado, que isso e aquilo outro, mas o próprio Banco Mundial, o relatório do Banco Mundial desmente isso, porque o Banco Mundial, que é uma instituição capitalista, uma instituição burguesa, ela reconhece que a década de ouro que este país viveu foi exatamente a década governada pelo Partido dos Trabalhadores.

Agora, deputado, nós precisamos entender que a nossa burguesia ela é escravocrata; a nossa burguesia, deputada Olívia, odeia pobre e preto neste país; a nossa burguesia não gostou de ver as negras deste país, ao invés de sonharem em ser

empregadas para tomar conta dos filhos dos ricos... As negras deste país, depois do governo do presidente Lula, resolveram e tiveram a oportunidade de irem para a escola, tiveram a oportunidade de irem para a universidade, tiveram a oportunidade de emprego digno. A burguesia deste país não se conformou de ver o nosso povo pobre ter independência, ter autoestima.

No meio rural... O povo diz que o povo do meio rural, deputada Olívia, é preguiçoso. É preguiçoso por quê? Porque antes de Lula chegar ao poder, antes do Bolsa Família – isso é importante que fique bem dito para todos saberem – o nosso povo no sertão vivia como escravo, o nosso povo trabalhava por um prato de comida. Nós não tínhamos escolha. Depois do Bolsa Família, o nosso povo passou a ter escolha, a opção do nosso povo melhorou. Ao invés de trabalhar por um prato de comida, nós queremos trabalhar por um salário justo, porque por um prato de comida o Bolsa Família já nos dá. Nós precisamos trabalhar... Ao invés de querer trabalhar por R\$ 10,00 um dia, nós queremos trabalhar por R\$50,00. Aí nós viramos preguiçosos, que não queremos trabalhar. Não é isso! É porque o povo se valorizou, as pessoas cansaram de ser exploradas.

Infelizmente, deputado, a nossa burguesia, a nossa elite, é uma elite muito mesquinha, perversa, egoísta e, acima de tudo, traidora, que não tem palavra, que não tem posição política, que são oportunistas, que não tem amor pelo nosso país, que não deseja o bem do nosso povo nem da nossa nação. Porque aqui, neste país, nós não temos uma elite, nós temos os ricos, porque em qualquer país sério desse mundo, se você for para a Europa, tem uma elite na Europa, mas é uma elite que tem um projeto nacional, que se preocupa com seu povo, que desenvolve políticas públicas para tirar seu povo da miséria, da pobreza. E não é o caso da nossa elite! É uma elite burguesa, é uma elite, entreguista, é uma elite que odeia o nosso país, é uma elite que não gosta do nosso povo e é uma elite que, acima de tudo, é subserviente aos americanos.

É uma tristeza nós vivermos neste país com esse estágio de subordinação. E eu não tenho dúvida de que o Partido dos Trabalhadores cumpriu seu papel, foi uma luz importante no país e mostrou para o nosso povo, sim, que é possível ter políticas públicas. Sim, é possível ter um governo que olhe por aqueles e aquelas que mais precisam.

Parabéns, deputado, pelas suas palavras, pela sua reflexão. E eu vou ficando por aqui.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Eu agradeço o pronunciamento, o aparte de V. Ex.^a, deputado Jacó, e adendo, integro aqui ao meu discurso.

Mas para concluir, nobres deputados e deputadas, eu gostaria também de fazer uma referência, neste momento, às propostas que estão sendo gestadas em Brasília pelo governo Bolsonaro. Sem dúvida, o grande debate em torno da Previdência Social vai exigir de todos nós a capacidade de diálogo com a sociedade, de esclarecimento, porque, como disse aqui o nobre deputado Hilton, alguma coisa pode se pensar em reformar a Previdência, mas não pode tirar da Previdência aquilo que ela tem na essência que é a solidariedade e o socorro mútuo.

A própria origem da Previdência, diga-se de passagem, não foi um projeto dos grupos dominantes, não! Foram conquistas históricas dos trabalhadores que, mesmo sem o estado, antes de 1923 que é a primeira lei, a Lei Eloy Chaves, de abril de 1923, os trabalhadores buscaram, através de suas sociedades, através de suas organizações, buscaram uma solidariedade através das mutualistas, das mutuárias, as associações que buscavam ali o socorro mútuo, beneficente, com quotização. Mas é a partir, evidentemente, também da expansão dos movimentos sociais europeus e com a regulação do estado, no Brasil também, setores da classe operária passaram a reivindicar legislações, leis que pudessem ir agregando a sua experiência e consolidando sua experiência no formato estatal.

A partir de 1923, a Lei Eloy Chaves; 25, 23 são os ferroviários que são beneficiados, 25 os marítimos, o setor portuário. E a partir de 30, gradativamente, os setores foram trabalhando, reivindicando e lutando. E aí há dois importantes movimentos dos anos 30 que a Bahia teve um papel fundamental: primeiro foi o Instituto de Aposentadoria dos Bancários, uma criação da luta dos sindicalistas baianos, sobretudo liderado naquele momento por setores do Partido Comunista que levaram à decretação e a criação do Instituto dos Bancários.

E o segundo foi o Instituto dos Comerciários. Uma ampla mobilização social aqui, na Bahia, envolvendo setores também dos grupos dominantes, e que, através de uma mobilização nacional, conseguiram aprovar esses dois... esses dois institutos. Nos anos 30, todos sabem, não é? Os institutos eram individuais. No bairro do Iapi, talvez muitos não saibam, mas acredito que a maioria saiba, chama-se Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários. O IAPI é a sigla do instituto, e nos anos 30 e 40, além da aposentadoria, das pensões, você tinha também uma parte da saúde e também políticas habitacionais.

Aquilo ali foi uma primeira cooperativa dos trabalhadores que criaram, através da sua experiência, através de recursos criaram ali uma espécie de um bairro, porque aquilo era mato, não é?

Eu bem menino, bem garotinho passava por ali e era um matagal danado, não é? E agora, nos últimos 30 e 40 anos, aí a coisa..., não é? Ou seja, então nós temos uma história...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Os trabalhadores construíram esse país, os trabalhadores construíram grandes momentos da vida dessa Nação. E o nosso partido é um componente dessa história dos trabalhadores, dos setores mais nacionalistas, dos setores mais democráticos, dos setores mais humanos que querem uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais fraterna.

Essa, portanto, é a nossa homenagem ao Partido dos Trabalhadores.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Um grande abraço aos que nos assistem pela *TV Assembleia*. E, se Deus quiser, voltaremos aqui tratando de outros temas relevantes para a nossa comunidade.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Horário das Representações Partidárias. Com a palavra o representante do PSOL, para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^a Presidente, demais deputados e deputadas quero fazer dois registros que me parecem importantes aqui nesta tarde.

Primeiro, mais uma vez, o cacique Babau é ameaçado pelo poder do latifúndio, na Região do Baixo Sul.

O cacique pede proteção para a sua família em função de planos que podem estar ameaçando a integridade física, não apenas dele como de seus familiares. Para nós é muito importante que nesse contexto o governo tenha algum nível de coerência, tenha firmeza de sinalizar que o poder público não estará absolutamente indiferente em relação ao problema da demarcação das terras indígenas que naquela região, especificamente, as terras Tupinambás, desde 2016 a polêmica está estabelecida, o processo de tentativa de demarcação das terras está paralisado depois de anos e anos. Todos os elementos técnicos apontam, evidenciam que de fato é um território indígena, e hoje o que nós temos é, mais uma vez, essa liderança ameaçada.

Então, nós queremos evidenciar essa situação. A possibilidade da agressão à vida de cacique Babau e sua família está nas mãos do governo do estado. É preciso ter uma posição firme e não alimentar a barbárie em relação ao reconhecimento das terras indígenas no estado da Bahia.

(Não revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Antes de chamar para o Horário das Lideranças Partidárias eu queria também registrar aqui, deputado Targino Machado, a morte do filósofo José Antônio Saja, que falece aos 64 anos no dia de hoje. Filósofo, professor, tinha graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia e mestre em Artes Visuais, doutorado em Letras e Linguística. É mais uma perda que nós temos, uma quantidade de perdas que tivemos ao longo desses primeiros meses e primeiros dias do ano em curso.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Falará por todo o tempo a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Presidenta Maria del Carmen, eu quero também me associar a esse registro que a senhora acabou de fazer, da morte do nosso professor Saja, que era um militante importante, nosso, da Bahia, da cidade de Salvador e que também nos surpreendeu, no dia de hoje, com essa enorme perda para todos nós.

Eu quero pedir 1 minuto de silêncio aos colegas, considerando a importância de Saja para a Bahia, inclusive, ao movimento ambientalista. Gostaria também de me

solidarizar com todos os professores da Universidade Federal da Bahia, ele fazia parte dos quadros da universidade.

Quero pedir a todas e a todos, 1 minuto de silêncio em memória do nosso professor e filósofo José Antônio Saja, assim como fizemos o gesto simbólico mais cedo em homenagem a perda do jornalista Ricardo Boechat, e também para os meninos que faleceram no incêndio do Centro de Treinamento do Flamengo.

Presidência, eu pedi 1 minuto de silêncio em memória do professor Antônio Saja.

A Sr.^a PRESIDENTE (Maria del Carmen Lula): Desculpem! Um minuto de silêncio pelo falecimento do nosso professor.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Retornando a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Presidenta, eu quero aqui me associar a fala do vereador Hilton... do deputado Hilton. Desculpa! Mas nós fomos vereadores. Eu fui e tenho muito orgulho de ter sido vereadora por 10 anos da cidade de Salvador. Fico feliz de você ter chegado também a esta Casa, Hilton, e faço minhas as suas palavras no que diz respeito à necessidade da proteção da vida do cacique Babau, dos seus familiares e de todos os ativistas, dos que lutam por terra, dos que lutam pelo direito à terra no nosso estado da Bahia e no Brasil.

No nosso caso em particular, eu ocupei esta tribuna já na semana passada chamando a atenção para os conflitos de terra no Sul da Bahia, no Extremo Sul da Bahia, falei da audiência pública que nós participamos ao lado do deputado Marcelino Galo e da minha preocupação também com a vida do vereador Nego Hélder, que tem sofrido uma série de ameaças e que precisa, de fato, ter proteção, contar com os mecanismos legais de proteção e, claro, uma inserção, uma interferência ainda maior do poder público, Ministério Público, Poder Judiciário, o governo do estado da Bahia obviamente.

O governador Rui Costa é um governador que tem uma trajetória de luta em defesa dos direitos humanos, que tem uma trajetória de defesa dos trabalhadores, de defesa da reforma agrária e que, portanto, mandou inclusive representações da Secretaria de Segurança Pública que participaram da audiência que nós fizemos na semana passada.

E eu não tenho dúvida do compromisso, portanto, do governador com essa agenda de proteção dos direitos humanos, dessas pessoas que estão envolvidas na justa luta em defesa de terras para os povos indígenas ou para os segmentos, das pessoas que ainda não tiveram o direito de ter terra no Brasil.

Toda terra que não tem função social, precisa ser, efetivamente, destinada à reforma agrária. E é preciso que se garanta o direito de famílias que não dispõem de terras, de ter acesso a elas e não morrer por conta dessa luta, que eu repito, é uma luta absolutamente justa.

Mas também, presidenta, eu fiz esta inscrição aqui, porque aprendi nos meus longos anos de militância de esquerda no Partido Comunista do Brasil, nos movimentos de defesa dos direitos da pessoa humana, também a preocupação com a saúde, a saúde mental.

Portanto, preocupa-me, foi algo que chocou a todos e todas, uma nota técnica que saiu do Ministério da Saúde nessa gestão do presidente Jair Bolsonaro, que é mais um gesto na direção do retrocesso. É uma nota técnica que desconhece, que desconsidera 30 anos de luta por uma política de atenção à saúde mental e ao tratamento de usuários de drogas, de álcool e outras drogas no sentido de humanizar esses tratamentos; no sentido de garantir que as pessoas não sejam confinadas em manicômios. E essa nota técnica é uma nota que propõe a volta de manicômios.

Nós temos uma luta antimanicomial em todo o país, é uma luta nacional, 30 anos que governos, não só os governos de esquerda, de Lula e Dilma, que deram ainda mais atenção, deputada Maria del Carmen, a essa agenda. Mas o próprio governo de Fernando Henrique, governos da direita liberal respeitaram a necessidade de uma política discutida, fruto de um diálogo, uma política democrática e uma política que reposicionasse o Brasil dentro de uma visão atualizada sobre o que significa tratamento de pessoas com transtorno mental.

Portanto, nós chamamos a atenção, porque a nota técnica do Ministério – além de haver o reconhecimento, colegas, de a proposição do retorno de manicômios – também propõe uma prática arcaica, uma prática já superada de eletrochoque, de uso de eletrochoque. Então me parece, tudo indica, que esse governo de Bolsonaro, que é tão aferrado à prática de tortura... Eles falam de tortura como se fosse uma coisa boa, uma coisa positiva! Ele fez a campanha defendendo torturas. E agora que está com a caneta na mão, ele e sua equipe buscam resgatar essas práticas medievais, e nós temos que nos insurgir contra isso.

É claro que tem uma série de temas que tem aparecido na agenda nacional, que acaba chamando nossa atenção, e a gente acaba dedicando muito tempo a discuti-la. Mas nós não podemos perder de vista o que é estruturante. E essa é uma agenda estruturante, que nós temos que reagir a ela! Nós não podemos permitir que essa política arcaica, essa política atrasada, essa política que visa tratar as pessoas que sofrem de transtorno mental – os chamados loucos, os tidos, os que têm reconhecido aquilo como loucura, mas que nós tratamos com o nome de transtorno mental –, que essas pessoas sejam novamente vítimas daquilo que o Brasil já viu no passado. A gente já vivenciou histórias dramáticas, dantescas de manicômios em que as pessoas eram enterradas vivas, que as pessoas eram objetos de diversas experiências terríveis. E isso não pode voltar a acontecer.

Quando eu era vereadora, na Câmara de Salvador, nós abordamos também, junto com a vereadora Aladilce, a vereadora Fabíola, que hoje também é deputada, vários vereadores e vereadoras que assumiam ali essa agenda... E eu entendo que esta Casa, a partir da sua Comissão de Saúde, deve também, deputada Maria del Carmen, se posicionar contra essa nota técnica do Ministério da Saúde, porque nós temos que fazer um grande movimento nacional de pessoas que têm a mente larga, que não têm uma visão curta, pessoas – que não precisam ser do PCdoB, não precisam ser do PT –

que tenham compromisso com a vida digna, pessoas que tenham humanismo no coração, pessoas que entendam que as pessoas que têm transtorno mental... que podem ser de qualquer família, inclusive na nossa família. Qualquer um aqui está sujeito a que aconteça situações como essa, de aparecer alguém com algum transtorno e que não pode ser tratado com eletrochoque, não pode ser enterrado em manicômio. Nós temos que garantir a convivência dessas pessoas, o convívio social humanizado e os Caps, os Centros de Atenção Psicossocial, que é uma conquista dessas últimas 3 décadas. O primeiro Caps foi fundado em 86, em São Paulo, uma experiência extremamente positiva. Nós temos que valorizar os Caps, nós temos que garantir verbas, investimento em saúde pública decente. O contrário do que fez a PEC, que congelou investimentos em saúde, em educação por 20 anos, e a gente vai ficar sofrendo os efeitos dessa política, que é uma política perversa. Num cenário como esse, medidas como essa só pioram a situação do povo brasileiro, e nós estamos vivendo uma tendência à depressão, às doenças psicológicas, porque o próprio ambiente no Brasil, o próprio cenário nacional piorou. Isso aconteceu desde o golpe e o Brasil vem mergulhando numa agenda ruim, numa agenda pesada, numa agenda que bota o povo brasileiro para baixo. E depois da eleição do Bolsonaro, pior ainda. As pessoas estão com medo, as pessoas estão ficando depressivas, pessoas...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que têm alguma condição social, como o segmento LGBT – finalizando –, muita gente indo embora do Brasil. Quem não pode ir embora vai ficar aqui e vai lutar. Nós temos que continuar em nosso país, não por não poder ir embora, mas porque temos que defender o Brasil, porque o Brasil é nosso, não é deles.

Então, chamo a atenção para isso: não podemos tratar as pessoas que têm transtorno mental ou as pessoas que são usuárias de drogas como pessoas que devem ser confinadas em depósitos humanos.

Fica o registro, deputada Maria del Carmen. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Jacó Lula da Silva: Comunicação Inadiável.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Comunicação inadiável, deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Gostaria de fazer uma comunicação inadiável, experimentando esse... Acho importante, porque na última sexta-feira estive acompanhando o governador Rui Costa, no distrito de Soares, no município de América Dourada, onde na oportunidade inauguramos a pavimentação da BA-799, no trecho do entroncamento com a BA-052 no distrito de Soares. Uma estrada de 13 quilômetros, 12, que custou algo em torno de R\$ 4,5 milhões. Uma obra importante, um anseio daquela população, deputada.

Estiveram presentes comigo também, além do governador correria, o secretário de infraestrutura Dr. Marcus Cavalcanti, a quem mando um abraço, e Dr. Jeandro Ribeiro, da SDR, e também os colegas deputados federais Claudio Cajado, Otto Filho

e a deputada estadual, nossa colega, Fabíola Mansur, que também na ocasião nos acompanhou.

Queria também registrar a presença de lideranças do PT municipal, como Rosemário Brito, que é pré-candidato a prefeito com o meu apoio, do ex-vereador Lulinha, do presidente do PT de América, Erton David, de Dione, liderança do Mulungu do Morro, de América, liderança quilombola, e da companheira Gilma, também outra liderança quilombola da comunidade de Lapinha.

Também estiveram presentes prefeitos da região, e eu quero destacar a presença do prefeito de Lapão, Ricardo Rodrigues. Gostaria também de parabenizar e agradecer a presença do vereador Murilo, que me acompanhou. No sábado também, deputada, eu estive em Vitória da Conquista, terra do nosso colega José Raimundo, num ato ecumênico onde celebramos e relembremos o assassinato brutal e cruel da liderança do Movimento Sem Terra na Bahia Márcio Matos. Um ano para se lembrar a trajetória desse jovem guerreiro, destemido, lutador, astuto, que conseguiu, deu sua vida para construir o Movimento Sem Terra na Bahia. Uma das maiores lideranças que esse movimento já produziu no país e que foi tirado do nosso meio de forma covarde e brutal. E nós celebramos um ano do seu assassinato e, também, naquele momento o anseio de que a Polícia Civil – o estado baiano – possa, de forma efetiva e com a maior brevidade possível, desvendar esse crime que tanto incômodo tem causado à vida do nosso povo.

Queria também saudar e registrar que eu estive com a deputada Olívia na Caminhada da Pedra de Xangô, deputada. A Pedra de Xangô é em Cajazeiras, uma área cercada de quilombos, a senhora conhece, uma área que está envolvida com a especulação imobiliária, mas já foi tombada como patrimônio histórico pela Prefeitura de Salvador. Nós nos fizemos presentes lá. E essa caminhada visa também combater o preconceito, a intolerância religiosa, porque, para vocês terem uma ideia – os deputados –, no ano passado, foram lá nessa pedra e jogaram mais de 100 quilos de sal. Uma ação de intolerância, de uma agressão enorme às religiões de matriz africana. São vários terreiros que estão ali, ao redor daquela pedra. E ela traz uma simbologia de resistência, de luta, de liberdade muito grande para o povo negro de nosso estado e da nossa Salvador. E eu gostaria de partilhar, junto com a deputada Olívia, desse momento importante.

E ontem à tarde também nós tivemos lá na Femadum, que é o Festival de Música e Artes do Olodum, um evento maravilhoso, com milhares de pessoas, onde a Bahia pôde mais uma vez mostrar a força da sua cultura para a Bahia e para o mundo. E aqui quero saudar a acolhida de João Jorge e, em nome dele, saudar todo o povo do Olodum.

E queria também aqui fazer um pedido: eu estou fazendo um levantamento, porque aqui, no município de Salvador, deputada Maria del Carmen e deputada Olívia, nós temos escolas parecidas com o CT do Flamengo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Aquele CT do Flamengo foi um crime, porque ali botaram três, quatro contêineres colados, com uma única saída. E aqui em Salvador

nós temos várias escolas nessa situação, foi o que recebi de informação. E eu queria chamar a atenção dos deputados que, dentro em breve, eu irei fazer um requerimento para que esta Casa estabeleça uma comissão para a gente verificar *in loco* a situação dos alunos pretos e pobres do nosso município que estão estudando nesse tipo de escola, sem a menor condição. Estão lá abandonados e largados e... aqui na cidade de Salvador, a gente vai viver uma tragédia dessa.

Era isso e eu agradeço.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu queria comunicar que o deputado Jacó falou em nome da Liderança do PT, já que neste momento ele é vice-líder e o Líder não está presente nesta Casa.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, sem querer ser censor, até porque esse é meu papel, eu queria chamar a atenção da Casa, não para a praxe, porque a praxe nesta Casa tem alcançado a tudo, mas não alcançou ainda as comunicações inadiáveis.

S. Ex.^{as}, os deputados, têm tempo reservado a eles em todos os momentos da sessão, inclusive, em citando o dispositivo regimental, falar a qualquer tempo em questão de ordem, desde que citando o artigo do Regimento à disposição.

Agora, a comunicação inadiável, eu vi aqui, da semana passada até hoje, já pelo menos umas dez vezes, o que acredito que não é comum nesta Casa em um semestre. Então, para que a gente possa disciplinar e não banalizar a comunicação inadiável, que está assentada no art. 33 do Regimento Interno da Casa como prerrogativa de líder e diz o seguinte: “*usar da palavra em qualquer fase da sessão por 10 (dez) minutos para fazer comunicação inadiável, sempre que não haja orador na tribuna*”. Diferentemente da questão de ordem que pode ser feita a qualquer momento, tendo ou não orador na tribuna.

Mas eu creio que comunicação inadiável, o nome é autoexplicativo. Com a devida vênia, o ilustre deputado, que no momento estava assumindo a prerrogativa de líder, o deputado Jacó, o mandato dele é dele, foi dado pelo povo, de igual modo o nosso, mas ele não fez comunicação inadiável. Se a moda pega, a qualquer momento, qualquer um... e aqui tem uma, duas dezenas de vice-líderes. Só no meu bloco, só no meu lado temos aqui oito vice-líderes, com mais quatro líderes, são 12. Então, se os 12 resolverem fazer comunicação inadiável, um saindo e se revezando aqui na liderança, fica complicado.

Então, eu pediria, com a devida vênia aos Srs. Deputados, que a gente possa respeitar o Regimento da Casa e falar nos horários que nos cabem, como agora V. Ex.^a me pediu para indicar no horário do bloco PSDB/PSC, quero indicar por 5 minutos o Pastor Tom e pelos 5 minutos restantes falarei eu.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Vou inverter, deputado. Com a palavra o deputado Tom pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR TOM: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, meu grande líder, Targino Machado, que faz um papel aqui nesta Casa com muita eficácia, não

deixando passar nada. Está certo. Com o Regimento na sua mão, ele vai pontuando, pontuando e mostrando a clareza que tem que ser o Parlamento. Mas, neste momento agora, dessa oportunidade que eu estou tendo de falar, eu quero trazer um assunto na área da segurança pública. Como policial militar há 23 anos, eu não posso me calar diante de tantos maus-tratos, caro deputado Jurailton, que o governo vem fazendo com os policiais militares. Olha que não é falta de empenho do soldado, do cabo, do sargento, do tenente que ali está, do capitão, do major, do tenente-coronel, do coronel. Não! Muitos eu já vi sair para trabalhar junto comigo e não retornar, porque foi abatido. E o governo, às vezes, fica em Marte, porque o policial precisa de estrutura para ir para a rua. E nesses últimos dias, lá na minha cidade... Aliás, final de semana em Feira de Santana: se você abrir as páginas policiais, vai ver quantos homicídios teve na cidade de Feira de Santana. E a segurança do estado da Bahia vai bem! Bem como? Como é que vai bem?

A minha preocupação não é com os bandidos, não! Minha preocupação é com os agentes públicos que saem para combater o bom combate. E na minha cidade, no dia de ontem, um policial foi agredido violentamente, e o bandido pegou a arma, disparou, tentou ceifar aquele policial. A sorte é que Deus estava ali e na hora o disparo não foi executado. Então eu acho que o governo, ele tem que pontuar mais na área da segurança pública.

Tem um povoado que eu visito muito na minha cidade, chama-se Distrito da Matinha, onde a segurança está um caos. Tem uma viatura rodando naquela localidade com três policiais, a expansão é tão enorme daquela localidade, que quando a viatura vai atender aqui, do outro lado já está tendo crime.

Então, Sr. Governador, vejo V. Ex.^a aí explanar o tempo todo da sua correria, é correria para um canto... Inclusive um deputado, aqui, na sua fala, falou da correria. Agora, eu quero ver essa correria para a área da segurança pública, porque o distrito lá de Feira de Santana está faltando policiamento, está faltando estrutura para dar àqueles policiais militares, que não têm. É isso que a gente quer do governo!

Eu vou usar esta tribuna aqui para falar, para cobrar na hora que tem que cobrar. E na hora de parabenizar, eu tenho essa humildade também, deputado Dal. Eu tenho essa humildade de falar: “Não, o governador fez, parabéns!”. Eu acho que ser oposição não quer dizer ser terrorista de governo. Não! Mas nós temos que fazer oposição com decência.

Agora, a segurança da minha cidade, meu caro amigo deputado Targino Machado, está uma negação. Vários homicídios, inclusive no bairro onde eu moro. Inclusive! É falta de policiamento? É. Porque não tem efetivo. Eu entrei há 22 anos e o efetivo é o mesmo de 22 anos. E você vai comparar com a população de hoje.

Eu acho que é um momento de rever. Eu acho que tem que fazer mais concurso público, mais concurso público, mais concurso público, para que a gente venha a ter uma segurança melhor. Eu entendo que depois que essas fronteiras foram abertas, quando o PT assumiu o Brasil, a criminalidade aumentou. Nada contra os companheiros aqui, os deputados do PT, mas quando assumiu o governo, as fronteiras

foram escancaradas com drogas, com armamento, com bandidagem. Eu lembro que eu estava ali na cidade de Irecê, trabalhando...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e vi colegas falando que os bandidos estavam fugindo de outros estados para operar em alta ali, assaltar bancos, porque aqui na Bahia tinha facilidade, que o governo dava facilidade.

Então, olha, eu acho que é o momento de rever isso. Eu quero que os colegas que compõem aqui a Situação, que levem essa demanda. O governador teve uma votação tão expressiva na minha cidade! Que venha olhar com um olhar como ele olha Salvador...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. PASTOR TOM: Eu quero concluir dizendo o seguinte: que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o rei dos reis, o Senhor do Senhor, o leão da tribo de Judá. Oh, Glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra ao deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a Olívia Santana: Presidenta, desculpe, uma questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: É porque está havendo alguma confusão em relação... V. Ex.^a passou a informação da morte do professor Saja, e eu me associei à notícia dada por V. Ex.^a. Mas há uma informação aqui de que ele está em estado terminal. Mas não faleceu. Então, é importante fazer essa correção.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): A notícia que eu recebi, inclusive...

A Sr.^a Olívia Santana: Eu também recebi aqui, foi-me entregue ali. Os jornais, os blogs estão noticiando, inclusive blogs confiáveis, mas a Reitoria da UFBA está informando que ele se encontra em estado terminal e o falecimento não aconteceu.

Então, só para fazer esse reparo, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, das galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*.

Inicialmente, Sr.^a Presidente, eu quero dar ciência a esta Casa que está a ocorrer aqui no nosso Plenário, no nosso cotidiano, uma coisa que não é tão comum. As representações, os conjuntos de deputados, normalmente se hospedam em um bloco ou outro. Em uma liderança ou outra. E, nessa legislatura, nós temos de forma solitária aqui, o deputado Hilton Rocha. (Pausa) Hilton Coelho, me desculpe. Hilton

Rocha agora é um velho professor, veio à minha lembrança. Mas tenha certeza que a comparação não é pejorativa, é um grande homem Hilton Rocha.

E eu creio que embora esta Casa seja a Casa dos embates, do contraditório, todos os parlamentares aqui precisam ser iguais. Por isso eu soube, me foi trazido por um colega nosso, que o deputado Hilton Coelho gostaria de participar de uma determinada comissão. No caso, uma comissão que ele tem vocação, que é a Comissão de Educação.

Mas, como ele não faz parte de uma bancada nem de Governo, nem de Oposição, e aqui quem indica os membros são os líderes, no caso eu e o deputado Rosemberg... Mas da leitura do Regimento desta Casa, que muitos falam mal – mas bem ou mal é a nossa bíblia, é a nossa bula –, o art. 234 diz o seguinte: “*Fica assegurado aos Partidos com Representação Parlamentar existente até a vigência da presente disposição, independentemente do número de integrantes, pelo menos, um lugar em uma das Comissões*”. Não nomina qual a comissão. Mas se não nomina é porque talvez os legisladores, que foram os deputados, entenderam que deveria ser um ato de vontade, de escolha do parlamentar que se encontrasse nessa situação.

Quero agradecer em meu nome e do deputado Hilton, porque conversamos e esperamos a chegada do Líder Rosemberg para propor a ele que em conjunto pudéssemos colocar o deputado Hilton Rocha no alojamento que mais lhe convém, que é a Comissão de Educação.

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Targino?

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. TARGINO MACHADO: Falei Rocha de novo, foi? Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Não ofende, não. Não ofende também. Eu sou da área de História também como é o professor Zilton Rocha, né? Então, de fato, é uma trajetória admirável.

Primeiro eu queria agradecer a solidariedade, deputado Targino. Nós construímos uma trajetória na defesa da educação no município, na oportunidade em oposição ao prefeito ACM Neto. E acreditamos que nós podemos trazer essa experiência para esta Casa, da nossa contribuição ao debate. Não se trata de uma questão numérica, como o nobre deputado frisou. Para mim, individualmente, a questão é se esta Casa vai fazer o debate sobre as diversas questões. E aí o Regimento da Casa aponta, me parece, para o bom senso. Os deputados e deputadas que entendem que têm uma contribuição a dar ao debate, independentemente da coloração partidária, da posição ideológica, devem ser contemplados.

Então eu espero essa compreensão, já contamos com a Oposição, me parece com o bloco do governo também, para a nossa presença na Comissão de Educação. Gostaria, se fosse possível, de estar presente como titular ou suplente também na Comissão de Direitos Humanos e do Meio Ambiente.

Mas muito obrigado pela solidariedade, vamos ver como é que nós conseguimos encaminhar.

O Sr. TARGINO MACHADO: Deputado, meu tempo expirou, mas eu peço a tolerância da Sr.^a Presidente para dizer a V. Ex.^a, daqui da tribuna, o que lhe disse há pouco: que a ninguém se deve permitir pedir por favor pelo que é direito. E eu entendo que é um direito de V. Ex.^a. E se eu não defender o direito do outro, há de chegar o meu dia e não há de haver ninguém para defender o meu.

Então independentemente de cor partidária, de pensamento, de viés político, o povo trouxe V. Ex.^a aqui para a Casa, este é um Poder de representação. Então se cassar a sua fala, na verdade, nós estaremos cassando o direito do povo. E esta Casa não é minha, não é de Rosemberg, esta Casa é a Casa de representação popular. Esse é o meu pensamento.

O que eu vinha para falar, trouxe para falar, eu vou deixar para outro tempo, Excelência.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É importante essa decisão, queremos nos associar ao deputado Targino Machado com relação ao deputado, porque de fato é direito, está no Regimento. Então, atender o que está no Regimento.

Concedo a palavra, agora, ao Líder do Governo ou Líder da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa)

Por 6 minutos o deputado Eduardo Alencar e por 6 minutos a deputada que vos fala. Queria convidar o deputado Zé Raimundo para me substituir, aqui, depois da fala do deputado Eduardo Alencar.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Minha querida presidente desta Casa, deputadas e deputados aqui presentes, estreando aqui pela primeira vez nesta tribuna, eu estava sentado ali ouvindo o pronunciamento de todos, atento. Hoje, gostaria em primeiro lugar de agradecer a Deus por ter o direito de estar aqui nesta Casa, agradecer os 60 mil votos que tive do povo baiano e que pretendo honrar até o último dia do meu mandato, dar a minha colaboração para que a Bahia continue crescendo, se desenvolvendo, apoiando o governador Rui Costa no seu trabalho, na sua luta. Sei o que é ser executivo, porque fui quatro vezes prefeito da cidade de Simões Filho. As dificuldades são grandes, meu querido deputado Targino Machado. Sei que V. Ex.^a também já foi prefeito e sabe das dificuldades, numa época muito melhor, que não tinha a Lei de Responsabilidade Fiscal que todos nós...

Sr. Targino Machado: Mas não tinha dinheiro.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Hoje acho que tem menos, deputado.

Mas eu estou aqui para colaborar, sei que estamos passando um momento difícil, os políticos de um modo geral, mas nem tudo está perdido, nem tudo é só coisa ruim. Vamos trabalhar para que a Bahia tenha dias melhores. Eu fui votado em 21 municípios, pretendo trabalhar por esses municípios e mais pela Bahia.

Eu quero registrar aqui, deixar registrado que o governador Rui Costa esteve, recentemente, há 15 dias, no município de Simões Filho para dar uma ordem de

serviço do sistema de esgotamento sanitário daquela cidade, que começou, deputado, em 2010, quando eu era prefeito. Uma obra do governo federal, onde quem gerenciava era o governo do estado. E, durante esses 8 anos que passei como prefeito, tentei a todo custo, com todo trabalho junto à Caixa Econômica, junto ao governo do estado, fazer com que essa obra viesse a trazer benefícios para a cidade de Simões Filho. Não consegui enquanto era gestor, mas continuamos lutando e o governador Rui Costa conseguiu agora no mês de fevereiro dar a ordem de serviço e essas obras estão continuando.

Quero me referir a isso aqui, porque quando se fala em criar leis, leis e leis e mais leis, acho que tem que ter um intervalo para a reflexão, mesmo porque no nosso país já existem leis demais. Acho que tem que se trabalhar no sentido de facilitar a vida do gestor público. Não pode se admitir 8 anos para ter início uma obra do governo federal. Isso não pode existir porque não é incapacidade do estado, não é incapacidade do município, é simplesmente a burocracia, nós temos que trabalhar para que este país venha a diminuir a burocracia para ele poder andar, caminhar. Os municípios estão engessados, o estado está engessado, o governo federal está engessado e nós, o povo brasileiro e o povo baiano, continuamos sofrendo.

A cidade onde eu nasci, Rui Barbosa, estava lá sexta-feira com o secretário de Saúde, Dr. Fábio Vilas-Boas, o senador Otto Alencar para inaugurarmos um tomógrafo. A alegria daquela Santa Casa era imensa com um tomógrafo que estava para ser instalado em um município há muitos anos, que não o conseguia botar para funcionar. O secretário sensível fez esse termo de cessão de uso para a Santa Casa de Misericórdia de Rui Barbosa que tem 69 anos, nasci na cidade de Rui Barbosa, nessa própria santa Casa, há 65 anos, talvez se não fosse ela, poderia não estar aqui hoje me dirigindo a V. Ex.^{as}, mas estávamos inaugurando com a maior alegria e a maior felicidade. Por que conseguimos? Conseguimos porque a Santa Casa não tem uma gestão engessada, não é uma gestão que tem o rigor da lei de responsabilidade fiscal. Ela tem a capacidade de gerir e de fazer convênios facilitando, agilizando o atendimento.

Para se ter uma ideia, estou me dirigindo ao deputado Targino, porque ele é colega, é médico e sabe, uma Santa Casa que recebe um convênio de aproximadamente de R\$ 800 mil por mês, onde tem cirurgia ortopédica, cirurgia geral, obstetrícia, ginecologia, pediatria, onde tem um serviço de excelência com R\$ 800 mil. Agora vai funcionar o tomógrafo, vamos implantar três leitos de UTI para facilitar a vida daqueles pacientes em convênio com o governo do estado, em convênio com a secretaria de Saúde.

Agora, o que eu quero deixar aqui registrado é que a Santa Casa de Misericórdia de Rui Barbosa atende a 10 municípios, dá socorro a 10 municípios, deputado Targino. Itaberaba é um dos municípios, quando não tem a especialidade em Itaberaba vai para Rui Barbosa, Iaçú, Ipirá, Macajuba, Utinga, Capim Grosso, Mundo Novo, enfim, as cidades vizinhas, é de importância essa Santa Casa e acho que vai servir de exemplo...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Um minutinho só, deputada. (...) vai servir de exemplo para todos nós, porque é simplesmente um show de atendimento, nem tudo é ruim. Nós sabemos que é difícil poder gerenciar uma entidade pública, principalmente da área de saúde, mas a Santa Casa de Rui Barbosa com 69 anos de idade tem referência nos profissionais que estão lá, Claudionor Oliveira, Odete Ramos, enfim, deixou um legado de pessoas que seguem e vão seguir por muito tempo essa orientação médica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Convido a deputada Olívia Santana para me substituir aqui na Presidência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Com a palavra a deputada Maria del Carmen com o tempo restante.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA: Sr.^a Presidenta, deputada que exerce a Presidência neste momento, deputada Olívia Santana, Srs. Deputados. Sr.^{as} Taquígrafas, servidores desta Casa, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*. Ainda não tive a oportunidade, este ano, nesta legislatura, de utilizar esta Tribuna, estou exercendo aí a prerrogativa de, na ausência do presidente, estar presidindo as sessões nesses últimos dias aqui na Casa após a nossa posse e o início das atividades na Casa.

Mas, eu queria agradecer, neste primeiro momento agradecer, agradecer àqueles que confiaram e acreditaram em nós e nos permitiram que pela quarta vez pudéssemos voltar a participar de mais esta legislatura, como deputada, nesta Assembleia Legislativa da Bahia. Eu, filha, neta de imigrantes galegos, chegados ao Brasil para trabalhar em estrada de ferro, percorrendo este país trabalhando como peões e depois com diversas outras atividades, não imaginava nunca poder estar, depois de adotar o Brasil como minha terra, como minha pátria, ser recebida, do jeito que fui, pelo povo brasileiro, não imaginava nunca que estivesse algum dia na Tribuna desta Casa.

Eu sou a primeira na minha família a ter ido à universidade, sei do esforço, do sacrifício que os meus pais fizeram para que pudesse estar aqui. Tenho, portanto, isso com muita alegria de estar aqui, mas, também, com um débito enorme com este país que me deu régua, compasso, que permitiu que eu pudesse criar os meus filhos e que eles pudessem fazer a opção de viver onde quisessem.

Portanto, agradecer os 48.147 votos, e desses, 18.569 na cidade do Salvador, esta cidade que eu amo com paixão, que conheço e tive a oportunidade de conhecer trabalhando, por diversas vezes, na administração pública municipal, conhecer como a palma da mão, percorrer as ruas, ladeiras, becos e vielas desta cidade, trabalhando sempre ao lado dos movimentos sociais na luta por dias melhores.

E queria, deputada Olívia, se esse é um desafio para todos, homens e mulheres, é muito mais desafio para nós mulheres. Sei também da história de V. Ex.^a, da sua trajetória que acabou de repetir aqui, nos primeiros dias desta legislatura, já tivemos oportunidade, muitas vezes, de estar percorrendo aí os mesmos caminhos, sabemos da dificuldade e do que significa estar aqui. E para nós V. Ex.^a com sua trajetória e eu com a trajetória da minha família, da minha vida, podemos saber o quanto é importante estar aqui em defesa das minorias e daqueles que mais sofrem, principalmente das mulheres.

E aí, nessa oportunidade, eu queria me associar ao seu pronunciamento aqui, nesta tarde, num dos seus pronunciamentos, hoje, quando falava da luta antimanicomial. Eu, o deputado Targino Machado, que naquela época também fazia parte daquela legislatura, participamos intensamente, eu fiz parte sempre da Comissão de Saúde, com o ex-deputado, ex-prefeito de Conquista, nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores, Guilherme, que conduziu aqui nesta Casa, como médico que era e como envolvido nessa luta, responsável naquele momento, mesmo num governo em que nós eramos oposição, por apresentar o projeto, a lei que criou a política antimanicomial no estado da Bahia naquela ocasião.

Então, portanto, não é possível que 30 anos depois quase, isso foi em 1985, 1986, quase 30 anos, 20 e tantos anos, nós tenhamos que de novo, aqui nesta Casa, ter que estar na defesa de algo que já tínhamos superado. O que precisa e o que é necessário é que se cumpra o que está lá na lei. Não só na lei, na política federal, como na política estadual e nas políticas municipais. Os municípios precisam fazer o seu papel, implantar os CAPS, implantar a política de assistência e não voltar de novo aquilo que era algo inacreditável.

Quem visitou, e eu fazia parte da Comissão de Direitos Humanos naquela ocasião, presidida pelo deputado Nelson Pellegrino, tive a oportunidade de visitar o manicômio judiciário, aquilo era uma casa de horror, era algo inacreditável que as pessoas pudessem viver naquelas condições. Nem animais a gente aceita hoje que possam viver daquele jeito, o deputado Marcell, que não está aqui neste momento que é defensor dos animais... não era possível que gente pudesse estar vivendo daquela forma. Portanto, eu acho que essa é uma obrigação e uma responsabilidade de todos no sentido de que a gente possa superar essa dificuldade.

Teria outro tema para falar, mas vou falar rapidamente, porque o meu tempo já se esgotou, mas eu queria lembrar e registrar um texto que saiu, inclusive, no *Correio da Bahia* hoje, quando fala, cita e põe entre aspas a fala do presidente do PSL, que diz que: “Política não é muito da mulher”. É inacreditável que nós voltemos a fazer esse debate, dizer, enquanto a gente cria legislação no sentido de ampliar o número de mulheres, que nós lutamos para que isso aconteça, um presidente de partido venha a público dizer que de fato as mulheres não precisam ter cotas, porque as mulheres não estão muito acostumadas, não querem muito estar presentes. Então, o nosso repúdio a posições como essas.

Obrigada, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olivia Santana): Obrigada, presidente, eu devolvo a V. Ex.^a a Presidência desta sessão e agradeço pela confiança por ocupar este lugar com tão poucos dias de Casa. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB/Patriota, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Deputada, neste horário falará o deputado José de Arimateia por todo tempo, e mais algum tempo que V. Ex.^a por tolerância e generosidade puder disponibilizar para o mesmo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado José de Arimateia, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Obrigado, meu líder, Targino Machado. Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa, vocês que nos assistem através da *TV Assembleia*, eu venho a esta tribuna, Sr.^a Presidente, para ler um abaixo-assinado da Federação Nacional das Associações em Defesa da Saúde Mental. Todos sabem que nesta Casa, na última legislatura, nós lutamos pelo não fechamento dos hospitais psiquiátricos da Bahia, este deputado, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e vice-presidente da Comissão de Saúde desta Casa na legislatura passada, nós lutamos e não fecharam os hospitais.

Mas o abaixo-assinado diz o seguinte, Sr.^a Presidente:

(Lê) *“Apoio à nota técnica do ministério da saúde e à nova política nacional de saúde mental e drogas...”*

Primeiro a federação faz um relato.

“(...) As pessoas com transtornos mentais graves e seus familiares são os mais diretamente afetados pela forma como o Governo Federal conduz as Políticas Públicas de Saúde Mental. Ninguém tem maior legitimidade, por conhecimento de causa, para falar sobre o assunto. Nas últimas três décadas, vimos crescimento do abandono e da desassistência: falta de locais para atender crises e surtos psicóticos, falta de locais para levar uma pessoa com vontade de tirar sua própria vida, falta de suporte na rede de CAPS. São milhares de pessoas nas cadeias e morando nas ruas, adoecidos mentalmente. Uma pessoa doente sem suporte de saúde e social, entregue à própria sorte, adocece e destrutura a família, principalmente as mais humildes, que não conseguem contratar médicos, psicólogos, cuidadores e hospitais. Ninguém fica feliz com a internação de um familiar por ele estar em surto, assim como ninguém comemora que seu ente querido teve que ser internado em uma UTI para tratar um infarto! Porém, são medidas necessárias, que viamos negadas por questões essencialmente ideológicas, dissociadas da realidade nua e crua do cotidiano das pessoas com transtornos mentais e suas famílias. Basta olhar as trágicas estatísticas brasileiras, que escancaram o quanto o direito fundamental à saúde vem sendo negado a nós!”

Isso é o que diz, isso são palavras dos portadores de saúde mental, das famílias.

“Por vivermos isto na pele, vemos como um alento e apoiamos a Nota Técnica...”

Agora, sim. Agora é a Federação que apoia.

“(...) de 11/2019 da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde. Por oportuno, pedimos aos gestores públicos, secretários de saúde e coordenadores de saúde mental, de estados e municípios, que façam esse projeto virar realidade em todo país.

A Nota Técnica 11/2019, não apresenta um pacote de novidades, mas um resumo do que o Ministério da Saúde vem fazendo, desde o fim de 2017, com o objetivo de transformar o grave cenário da saúde mental brasileira naquilo que comprovadamente traga benefícios às pessoas com transtornos mentais e seus familiares. Foram incorporados à Rede de Tratamento serviços importantes, como hospitais psiquiátricos, ambulatorios enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais e hospitais-dia. Ninguém quer manicômios! Ninguém quer pessoas morando em hospitais! Somos todos antimanicomiais! Mas ser antimanicomial não significa negar a necessidade de hospitais modernos e eficientes para tratar as pessoas em crise, que oferecem risco para si e para as pessoas do seu entorno! Quem nega a necessidade e o direito das pessoas com transtornos mentais de ter atendimento no ambiente que lhe é tecnicamente mais adequado, ou tem pouco conhecimento da realidade que vivemos, ou é irresponsável e de caráter repreensível, uma vez que com conhecimento de causa permite morte e sofrimento de pessoas vulneráveis.

Quem vive a nossa realidade também sabe que não basta tratar a crise. Precisamos de consultas, de psicoterapia e de atendimento multiprofissional especializado que vem sendo negado ou de difícil acesso. Os CAPS muitas vezes não têm consulta disponível logo após alta hospitalar, gerando novas crises por desassistências. Muitos CAPS não têm médicos especialistas e não oferecem psicoterapia individual. Nós queremos uma rede com diversidade, com todos os serviços disponíveis para atender a todos os tipos de complexidade que se apresenta nas doenças mentais. Ter ambulatorios e hospitais não exclui os CAPS como unidade de reabilitação psicossocial, mas os CAPS não são capazes de dar conta de tudo. É justamente uma rede ampla com mais fácil acesso e a personalização do atendimento à necessidade de cada um que reduz as crises, a necessidade de internações, e melhora as relações sociais e familiares daqueles que têm um transtorno mental.

A Nota Técnica do Ministério da Saúde também informa que a eletroconvulsoterapia (ECT) moderna pode ser incorporada no SUS. Trata-se de um avanço. Quem já testemunhou os resultados da ECT sabe que é segura, eficaz e sem sofrimento. E que é quase impossível achar este tratamento nos serviços públicos. Milhares de pacientes que não melhoram com remédios, psicoterapia e abordagens de reabilitação psicossocial são privados dos benefícios da ECT, por puro preconceito e negligência dos governos anteriores! Não é certo que este procedimento continue disponível apenas para pessoas que podem pagar por ele em clínicas particulares.

Por fim, não há como negar o quão grave é o adoecimento por dependência química e todas as suas desastrosas consequências para as famílias e para a sociedade. Quem precisa de atendimento gratuito para tratamento de dependência química sabe o quanto é difícil encontrá-lo e quanto os serviços são pouco eficientes. Vislumbramos melhores possibilidades de tratamento com as mudanças de diretrizes, que permitem abordagens ampliadas, incluindo a abstinência, a internação para desintoxicação e o acolhimento social nas comunidades terapêuticas. Não é honesto que pessoas que discordam das novas possibilidades oferecidas para o tratamento de dependência química queiram restringir o direito de quem quer se tratar...”

Para concluir, Sr.^a Presidente.

“(...) A nossa defesa é da assistência de qualidade, com ética e respeito aos direitos das pessoas com transtornos mentais e dos seus familiares, não tolerando quaisquer abusos, mas também não negando a existência da doença mental e as formas modernas de tratamento. Por isso reiteramos nosso apoio à Nota Técnica do Ministério da Saúde, à Nova Política de Saúde Mental do SUS e solicitamos aos gestores públicos a imediata implantação das medidas anunciadas.

Federação Nacional das Associações em Defesa da Saúde Mental - FENAEMD.”

Era isso que eu gostaria de deixar, parabenizar aqui a federação, e pedir que o governo do estado possa implantar essa determinação do ministério da Saúde.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Esse é um tema que ainda vai suscitar muitos debates e muita discussão, deputado.

Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PR/Avante/Podemos/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidente, vai falar o deputado Roberto Carlos por 10 minutos.

Está muito chateado porque perdeu aquele jogo contra o Vasco, e ele acha que foi garfado, me confessou aqui. Por 10 minutos o deputado Roberto Carlos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, é até cafonice esperar que os homens, nos dias modernos, usem lenço. Mas eu ainda sou cafona, da minha geração. Eu quero dizer que, se V. Ex.^a precisar de lenço, eu tenho aqui. Não vou acompanhá-lo no choro, mas posso lhe emprestar os ombros e o lenço.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, o deputado Roberto Carlos pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, funcionários, amigos, Sr.^a Presidente, ia falar de outro tema, mas, como fui provocado pelos dois Líderes, tanto do Governo, Rosemberg Pinto, quanto

nosso Líder do Bloco da Oposição, que eu quero parabenizar pela dinâmica, pelo trabalho... Disseram eles que eu ia falar do choro do jogo entre Juazeirense e Vasco da Gama.

Quero falar, Sr.^{as} Presidente, que realmente, na quarta-feira próxima passada, teve este grande jogo pela Copa do Brasil: Juazeirense enfrentando o todo-poderoso Vasco da Gama. E o Vasco da Gama, alguns torcedores que foram ao Estádio Adauto Moraes, meu amigo Targino Machado, diziam que iam ganhar da Juazeirense de cinco ou mais gols a zero.

Pois bem, jogamos com toda humildade, com toda simplicidade pela Copa do Brasil contra um adversário que foi campeão brasileiro por 4 anos alternados; campeão da Libertadores; vice-campeão mundial; campeão mais de 20 vezes do Campeonato Carioca de Futebol. E o Juazeirense, com 10 anos de existência, deu um show. Alguns jogadores do Vasco viram o Juazeirense brilhar. No entanto, se não fosse a roubalheira do árbitro, o Sr. Rafael Traci, que o deputado Targino Machado deveria, como jurista que é...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): E ele deixou de ser médico.

O Sr. ROBERTO CARLOS: Deve ser também, pois é um bom médico, é um bom parlamentar que entende de leis... Deveria, também, desta tribuna, fazer um protesto. Inclusive, sugeri aos deputados federais que deveria existir, no Código Penal, uma multa severa, uma punição para aqueles que roubam os sonhos e os planos de alguém. E o Sr. Árbitro Rafael Traci, do Paraná, trucidou mesmo o nosso time, roubou os nossos sonhos, Sr.^a Presidente, roubou os nossos planos de continuar vivos na competição, o que, além de ajudar financeiramente... E, naquele jogo, porque o juiz roubou a Juazeirense, nós perdemos aproximadamente R\$1 milhão, R\$1 milhão só pela segunda fase que nós íamos participar, sem falar em vendas de jogador, em publicidade que o time ia ter, em crescimento no *ranking* da CBF.

A Juazeirense hoje é a terceira força do futebol da Bahia pelo *ranking* da CBF. Está na posição 67 de maior clube do Brasil e, certamente, ganhando do Vasco, esta posição iria melhorar significativamente. Mas o árbitro, infelizmente, foi parcial naquela partida, onde roubou a Juazeirense dentro de casa. Eu não tiro uma vírgula do que estou dizendo, porque não só sou eu que estou falando isso, a crônica esportiva de todo o Brasil foi solidária à Juazeirense, inclusive a *TV Bandeirante*, através do comentarista, do apresentador Neto, que repudiou a CBF e o árbitro, que infelizmente meteu a mão na Juazeirense, tirando os sonhos, os projetos e os planos da Juazeirense, um time que só tem 10 anos, mas que tem duas participações na Copa do Brasil, e na primeira participação passou para a segunda fase, perdendo dentro de campo contra o Botafogo do Rio de Janeiro; e agora, jogando contra o Vasco, ganhou para o Vasco, mas perdeu para o juiz, o Sr. Rafael Traci, do Paraná.

Agora, pasmem os senhores, a CBF, meu caro amigo Osni, escala um árbitro do Paraná para que a Juazeirense pague, só de passagens aéreas R\$7.800,00, enquanto tem muitos juízes no Nordeste, em Recife, em Alagoas, em Sergipe, que são habilitados, filiados à Confederação Brasileira de Futebol e à FIFA. No entanto, a

CBF escala um juiz do Paraná que vai para o Juazeiro roubar o Juazeirense, como fez.

A imprensa toda, o jogo foi de televisão, a *Fox Esporte* transmitiu, a *TV Globo Nacional* transmitiu e o *Esporte TV* também transmitiu, e todos foram unânimes ao dizer que realmente o Juazeirense tem razão. E nós entramos com uma representação contra esse árbitro. Vai resolver o problema? Não vai resolver, porque o único ladrão que rouba e não é punido é árbitro de futebol; porque os outros, quase todos são punidos. Agora o árbitro de futebol, ele rouba e ainda não é punido. A genitora geralmente é punida, porque a torcida muitas vezes faz homenagem ao árbitro nos campos de futebol quando ele não é bem intencionado, e o juiz que foi apitar Juazeirense e o Vasco da Gama não foi bem intencionado ou foi bem intencionado para o Vasco da Gama, que não precisa do amparo do juiz, pela história que o Vasco da Gama tem, para ganhar da Juazeirense, que tem só 10 anos, Hiltinho. Não precisa.

Mas, nesse jogo, nossos jogadores estavam determinados e estavam focados. E ganhamos do Vasco da Gama, perdemos simplesmente para a arbitragem, que tirou de nós não só a parte financeira. Digo isso, porque só da CBF o Juazeirense, junto com 60% da renda que perdeu para o classificado, que foi o Vasco da Gama, perdeu mais uma parte da segunda fase que a CBF dá aos clubes, o que daria em torno de R\$1 milhão, juntando essas duas partes.

Mas vamos seguir o nosso caminho e vamos buscar agora, no Campeonato Baiano, no Campeonato Brasileiro da Série B e na seletiva da Copa do Nordeste, fazer nessas competições um bom campeonato e buscar chegar às finais dos campeonatos que vamos disputar para que, no próximo ano, possamos novamente voltar à Copa do Brasil.

Dito isso, Sr.^a Presidente, eu gostaria também de parabenizar todos os deputados aqui para a nova legislatura, parabenizando principalmente os deputados novatos que chegaram a esta Casa, que possam fazer projetos importantes em defesa do povo da Bahia. O povo da Bahia merece que nós façamos projetos importantes, que possamos retribuir a confiança que o povo nos deu, fazendo projetos importantes, defendendo a população aqui neste Parlamento e principalmente votando projetos oriundos dos deputados.

O presidente Nelson Leal assumiu recentemente e ele tem como bandeira, nesta Casa, aprovar, pelo menos colocar em discussão, neste plenário, projetos oriundos de deputados. Eu estou completando 20 anos aqui nesta Casa e vi muito poucos projetos votados aqui oriundos dos deputados. É necessário que possamos dar uma resposta ao eleitorado da Bahia, aos nossos eleitores, votando os nossos projetos, pois muitas vezes, deputado Hilton, é o povo que indica o projeto e pede para que nós possamos apresentar neste Parlamento. E a gente apresenta, mas infelizmente não é colocado nem para discutir o projeto oriundo de deputado...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Para concluir, deputado.

O Sr. ROBERTO CARLOS: Votamos só projetos oriundo do governo do estado, do Tribunal de Justiça e de outras instituições.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

Deputado Rosemberg Pinto, deputado Rosemberg... Horário da Representação Parlamentar do PCdoB/PDT pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará, por 11 minutos, este deputado que vos fala, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Minha querida presidenta, servidores mais uma vez, deputados e deputadas, meu querido amigo Euclides Fernandes, que a saúde continue sendo pujante, crescente, para eu vê-lo aqui muitas vezes. Eu queria dizer, presidenta, que, durante a semana passada, tanto eu quanto o deputado Targino conversamos bastante para que nós pudéssemos montar as indicações para as comissões e para que com isso, na terça-feira, amanhã, a partir das 10 horas da manhã, das 9h30 às 10h, tenhamos condição de eleger presidente e vice dessas comissões, ou seja, instalar e eleger presidentes e vices para que a gente possa iniciar os debates nas comissões. Até porque nós temos um projeto tramitando na Casa, inclusive com veto do governador, e eu gostaria que iniciasse essa discussão já a partir da Comissão de Constituição e Justiça.

Tem sido um debate muito tranquilo com as indicações, recebi dos Líderes, como certamente o deputado Targino também deve ter recebido dos Líderes dos seus blocos, as indicações. Mas estamos fazendo algumas alterações, a depender do perfil.

Hoje o deputado Hilton, que não está nem no nosso bloco nem está no bloco, mas quer debater a questão da educação. Isso, deputado Hilton, já está, pelo menos nessa questão da educação, resolvido. Acabei de resolver isso aqui, internamente. E vamos continuar verificando a possibilidade da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Direitos Humanos, para verificar se a gente vai aqui ajustando. Mas, independentemente de ser titular ou suplente da comissão, como ela é aberta, o debate pode estar acontecendo sem nenhuma restrição.

Deputado Euclides, que também havia solicitado, legitimamente, a sua participação na Comissão de Constituição e Justiça, também isso já está resolvido, ficando apenas o debate da titularidade da suplência para o bloco de V. Ex.^a definir efetivamente. Mas pedi ao deputado Júnior Muniz, que cedeu o espaço que era do PP, para que a gente pudesse obviamente prestigiar o PDT, que terá dois membros na Comissão de Constituição e Justiça, porque, na realidade, pela proporcionalidade, deveria indicar apenas um. Mas aqui a ideia é que a gente facilite as pessoas, a partir

do interesse delas, para que a gente possa ter, inclusive, presença suficiente nas comissões e fazer o debate efetivo.

Então, queria convidar todos os deputados e deputadas, tanto do Governo quanto da Oposição, para que amanhã, a partir das 9h30 possamos, na sala das comissões, instalar aquelas que tiverem já condição de instalação. Ou seja, depende apenas da presença dos deputados para que haja quórum suficiente para isso.

Mas queria também dizer, deputada Maria del Carmen, que nós estamos passando por uma discussão muito grande sobre o debate em relação à punição dos crimes a partir de um projeto de lei ou de um projeto que possa ser transformado em um projeto de lei oriundo do ministro da Justiça, que, na minha opinião, entende muito pouco dessa questão. Um teórico, oriundo de uma visão norte-americana, extremamente descolado dos interesses da sociedade brasileira, da legislação brasileira, haja vista que ele julgou e condenou o ex-presidente Lula sem nenhuma conexão com a Legislação vigente no Brasil. E aqui não estou discutindo nem o mérito: estou discutindo a metodologia utilizada; não estou discutindo o conteúdo: estou discutindo a metodologia utilizada para interpretar a legislação brasileira.

E é de se lamentar, é de se lamentar que nós estejamos punindo pessoas apenas porque, ao nosso olhar, essa pessoa não tem o nosso interesse ou não estão de acordo com o meu interesse político. E nós não podemos permitir isso. Nós temos que entender que a lei tem que valer efetivamente para todos. Eu percebo e até hoje eu não conheço nenhum parlamentar do PSDB que tenha passado por aquele tribunal à época do ex-juiz Sérgio Moro. Nenhum recebeu, deputado Hilton, qualquer punição, e com uma série de denúncias, e denúncias, e denúncias, e tal. O máximo que aconteceu foi com o ex-governador Beto Richa, que, em 5 dias, estava de volta ao seu lar e às suas atividades.

Ou seja, nós precisamos entender e trabalhar para que a legislação brasileira seja interpretada ao olhar da teoria e da prática. Nós não podemos em hipótese alguma... E aqui quero destoar daqueles que acreditam que esse projeto que o juiz e hoje ministro da Justiça, Sérgio Moro, apresenta resolve o problema da criminalidade. Não resolve o problema da criminalidade. O problema da criminalidade no Brasil não está vinculado a novas estruturas legislativas. A criminalidade no Brasil: é necessário que se tomem medidas políticas para resolver essa questão. É necessário que haja um processo de conscientização. É necessário que haja uma relação com a sociedade, porque, se nós conseguirmos fazer o que alguns municípios já fazem, o que alguns estados começaram a fazer, a exemplo do Ceará, se a gente começar a colocar escolas por tempo integral, colocar a nossa juventude nas escolas, dar a oportunidade de se educar e de lazer, sem dúvida alguma você tira essa nossa juventude da presa fácil da marginalidade. E nós damos esperança e oportunidade. É por isso que o Ideb cresceu no Ceará, quando decresceu em vários outros estados, inclusive aqui na Bahia.

Então, são medidas sociais, medidas socioeconômicas que vão resolver o problema da criminalidade, vão ajudar a resolver o problema da criminalidade. E o estado precisa, na legislação vigente, utilizá-la para que possa realmente dotar de estrutura suficiente para resolver problemas da criminalidade.

Então, tenho muita preocupação com esse debate que o Sérgio Moro está fazendo, pois isso vai rebater, sem dúvida alguma, na criminalização ainda maior do povo pobre, negro e excluído da sociedade brasileira. Então, esse é um debate que nós temos que trazer para aqui, deputado Osni, formar essa opinião, fazer um debate específico sobre esse projeto, que está sendo colocado hoje na Câmara Federal. Nós não podemos deixar de debater essas novas estruturas, pois a Casa Legislativa, e já disse aqui outras vezes, a partir da Constituição de 88, perdeu muito o seu papel de legislador. A maioria dos temas ou estão vinculados às questões municipais ou estão vinculados à questão nacional, deixando muito pouco para o legislador do estado.

Então, temos que aproveitar essas oportunidades para formar opinião para que a gente possa, a partir de audiências públicas, a partir dos debates com a sociedade... E as comissões são fundamentais, por isso eu quero reforçar aqui que cada deputado e cada deputada amanhã participe da instalação das comissões para que a gente possa abrir um debate sobre segurança pública, sobre saúde, sobre educação, sobre o meio ambiente e formar opinião, seja para as ações que dizem respeito ao poder municipal, ao legislativo municipal ou ao legislativo federal, mas com opinião dos estados para que a gente não deixe que se vote algo que, ao invés de ajudar, cria mais problemas para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, falarei por todo o tempo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, estou ali a ouvir atentamente as diversas colocações dos Srs. Parlamentares e chega-me, reaviva em mim o sentimento de que esta Casa, deputado Hilton Coelho – não posso errar mais –, tem o substrato suficiente e necessário para que travemos aqui as discussões, aprofundemos as discussões com fundadas razões e fundamentações a respeito de diversos temas, indo ao encontro dos anseios e da vontade e do desejo da população.

Observem que uns deputados vêm e atacam a insegurança pública, e é fato que a Bahia é campeã nacional, em números absolutos, em homicídios, em mortes violentas. É fato, e até o Líder Rosemberg acabou de assumir, aqui, há pouco, que nós também estamos em situação muito ruim no tocante à educação. Isso agrega valor, o Líder do Governo reconhecer isso agrega, em meu conceito, valor a respeito do mandato que ele quer exercer como Líder nesta Casa.

De igual modo, o deputado Rosemberg acentua, aqui, em sua fala que os problemas que influenciam a violência não podem ser atacados somente com endurecimento de leis ou com aumento da violência, com o desfile de contingentes

policiais, de viaturas, porque a violência, como bem colocou o Líder, é decorrente da falência da estrutura do organismo social.

Porque não adianta criminalizar o jovem porque ele virou bandido, porque, na verdade, o jovem não se transforma em bandido, o jovem é colhido pelo crime. E quando um jovem é alcançado pelo crime, pela bandidagem, deputado Hilton, deputado Rosemberg, estão expostas as feridas da sociedade.

Porque eu, como médico, sempre que tive a oportunidade de dirigir, coordenar ações de saúde, eu dizia às equipes de saúde que se um diabético tem, deputada-presidente, uma ferida no pé e ele precisa amputar o dedo, ou o pé, ou a perna, é sinal de que a equipe de atenção à família não foi capaz de alcançá-lo para tratar da sua hiperglicemia, da sua diabetes, da infecção no pé antes que ela se alastrasse.

De igual modo, fazendo analogia, o deputado Rosemberg falou, aqui, dos investimentos que são necessários na educação para fazer a verdadeira transformação social que, de fato, há de promover, não no dia de hoje ou de amanhã, mas, pelo menos, numa geração... Na próxima geração serão mitigados, pela educação, os efeitos da violência em nosso tecido social.

Mas eu fico triste, Líder Rosemberg, porque S. Ex.^a, o governador Rui Costa, também tem consciência dessa necessidade de investimento em educação. E tanto tem que veio a esta Casa e priorizou, aqui, em sua mensagem, a educação. Dentre todos os temas, ele elegeu um para dar prioridade, que foi a educação, o investimento na educação.

Mas eu fico triste porque ele veio e trouxe cerca de trinta promessas novas. Dessas, meia dúzia na educação. Mas repetiu as promessas que fez, também na educação, há 4 anos. Requentou, como gostam os jornalistas de dizer, a notícia. Ele requentou a promessa, porque, na verdade, ele prometeu construir o Complexo de Educação Olímpica. Não construiu; prometeu criar o Centro de Memórias do Esporte e Lazer. Não cumpriu; prometeu universalizar, – nome bonito, falam muito em universalizar a saúde, a educação – o ensino médio, e não cumpriu, há 4 anos.

E, agora, novamente, ele volta e promete universalizar, e promete a educação em tempo integral. Como acreditar que o governador de hoje, que sucedeu o de ontem, que foi governador até o dia anterior, que ele pôde mudar como por passe de mágica as suas prioridades. Eu fico triste, preocupado.

Precisamos trazer esse debate para esta Casa desprovido de viés político. Eu não estou aqui para defender cacique, estrela ou constelação. Não estou aqui para isso. Estou aqui para a defesa intransigente do meu mandato, do povo que me elegeu, a defesa intransigente da Bahia e dos baianos.

No dia de amanhã, talvez... Às terças-feiras, tomara que assim seja, este plenário torna-se mais rico de presença dos Srs. Deputados. Tomara que amanhã eu tenha tempo para trazer esses assuntos de tamanha importância e que os espíritos iluminem a cabeça dos Srs. Deputados e possamos, nós, transformar esta Casa, fazer esta...

Eu fico triste, Srs. da Imprensa, porque eu olho para o passado, não tão longínquo, olho para os idos de 1990, e lembro que aqui tínhamos uma representação

de jornalistas, de representantes da imprensa bem maior do que temos hoje. E a culpa não é da imprensa! Disse isso a V. Ex.^a, deputado Hilton Coelho, no início da sessão, fora do microfone. A culpa não é a apatia da imprensa, não, a culpa é a apatia *interna corporis* desta Casa, que abriu mão do seu papel de protagonista e, hoje, já há algum tempo, a Câmara de Vereadores de Salvador gera muito mais notícias do que a Assembleia Legislativa.

Eu estou aqui como Líder da Oposição e, se depender de mim, nós vamos digladiar-nos nesta Casa no plano das ideias, trazendo conteúdo para esta Casa, para ver se podemos despertar também na imprensa a vontade de voltar a cobrir a Assembleia.

Eu quero dizer aos Srs. da Imprensa que um prócer da política da Bahia, já falecido, disse-me certa vez – e como não guardo segredo, foi o deputado Luís Eduardo Magalhães, que era presidente da Câmara Federal – que o Parlamento tinha um mandamento. O mandamento era o seguinte: a cada ano cada legislatura é pior do que a outra. Isso é uma miséria para o Parlamento, porque todos nós precisamos desta Casa, e de todas as casas legislativas, funcionando e funcionando bem.

E eu concluo a minha fala, Sr.^a Presidente, dizendo ao deputado Rosemberg: precisamos discutir isso, porque o que falta no jovem que é alcançado pelo crime é a mão do poder público, é a oportunidade. O que faz os meus filhos diferentes dos filhos dos meus vizinhos não é porque os meus filhos são mais inteligentes, é porque os meus filhos tiveram mais oportunidades do que os filhos dos vizinhos. E, com certeza, talvez os filhos dos vizinhos sejam até mais inteligentes do que os meus filhos.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

A Sr.^a Fátima Nunes: Sr.^a Presidenta, o deputado Samuel vai falar por 3 minutos, e a deputada Fátima Nunes falará pelo restante do tempo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Samuel, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Senhoras e senhores, boa tarde.

Aos meus colegas deputados, quero, aqui, parabenizar a nossa presidenta, porque me sinto muito feliz em V. Ex.^a estar compondo a Mesa Diretora da nossa Casa, uma vez que na legislatura passada não tínhamos uma representação feminina e, hoje, estamos muito bem representados por V. Ex.^a, que é sempre uma deputada muito atuante.

E gostaria de falar, aqui, um pouquinho que as notícias... Desde o acontecimento, que foi a queda do helicóptero que levava o jornalista, todo mundo fez menção ao jornalista, todos os meios de comunicação. E não desrespeitando a

figura que ele era, principalmente para o jornalismo, mas acabamos esquecendo que o piloto que o conduzia também é um pai de família.

Ninguém fala sobre o piloto e, também, do pobre coitado do caminhoneiro que... quem sabe há quantos dias estava longe de sua família, levando a riqueza do nosso país, porque, infelizmente, a riqueza do nosso país é transportada por caminhões, por pessoas que abrem mão de estar com o prazer de sua família, às vezes passando 20, 30 dias sem visitar seu lar. E ele que, chegando a São Paulo, foi atingido por esse acidente também está em estado grave. Parece que é bem delicado o estado do caminhoneiro.

Mas que nós também, assim como fazemos menção a Boechat, que perdeu sua vida, deixa família, lembremos das pessoas que o acompanhavam e que ali também estavam exercendo seu trabalho, sua profissão, que era conduzir ele – tantos pilotos que fazem isso –, e também do caminhoneiro. Lembrando que eles também têm família, merecem o nosso respeito, o nosso carinho.

E fica, aqui, o meu gesto de solidariedade a esses profissionais, tanto o caminhoneiro quanto o piloto do helicóptero, que estavam nesse trágico acidente.

Essas são as minhas palavras, presidente.

Que Deus continue abençoando a todos vocês.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo restante do tempo, 9 minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa presente, taquígrafas, internautas que nos acompanham pela *TV Assembleia*, nesta tarde de hoje aqui eu vim para defender a minha estrela, a nossa estrela, a estrela do Partido dos Trabalhadores, que ontem completou 39 anos de sua fundação.

E celebra 39 anos neste país marcado pela injustiça, pela desigualdade, pela fome, pela violência, pelo desprezo aos mais pobres, pela dificuldade de terem acesso às políticas públicas as etnias negras, indígenas, os setores sociais, LGBT, mulheres, e tantos outros aos quais era muito difícil ascender e participar da sociedade e ser vista como cidadão de valor, que coloca todos os dias o seu suor, o seu sangue, o seu trabalho para engrandecer esta nação.

Então, celebrar esses 39 anos é reconhecer todo o esforço dos militantes, dos que acreditam na justiça, dos que querem um país mais igual, mais solidário. Por isso eu preparei uma mensagem. Coloquei no Instagram e vou deixar registrada aqui, nos Anais desta Casa:

(Lê) “Meus amigos e minhas amigas, o que seria deste grande país chamado Brasil se ao longo dos anos da nossa história não tivesse contado com a ousadia, com a determinação, com a boa vontade, com a militância de homens e mulheres que por não concordarem com as injustiças, com o desrespeito aos seres humanos, com a fome, com a desigualdade criaram, fundaram o Partido dos Trabalhadores...”

Partido que ao completar 39 anos deixa um grande legado de oportunidades para jovens que saíram das suas residências, de lugares os mais longínquos das capitais, e puderam frequentar a faculdade.

Nós tivemos, nessa caminhada, a oportunidade de governar o país por 13 anos, e só fomos afastados por conta de um golpe temeroso do Parlamento, do Congresso Nacional.

(Lê) “(...) O período em que o pobre teve o pão na mesa, que o filho do agricultor, do mecânico, da cozinheira, da lavadeira teve a oportunidade de frequentar a faculdade está-se indo. Acabou com o golpe.

Em nossa Bahia, antes do governo do nosso ex-presidente Lula...” – da nossa ex-presidenta Dilma, dos nossos governadores Jaques Wagner e Rui Costa – “(...) havia apenas uma universidade federal. Nesses 13 anos passamos a ter sete novas instituições. E quantos jovens hoje são doutores na medicina, na advocacia, na engenharia, e tantas outras profissões...”

Assim, ocupando as suas mentes e os seus talentos nas suas profissões que enriquecem a sociedade brasileira. Com certeza, são eles e elas que, tendo a oportunidade do estudo e da qualificação profissional, jamais entrarão no descaminho e na falta de oportunidade pela qual alguns, às vezes, são chamados ou tentados a conviver com o mundo das drogas.

Eu quero, com esse louvor, parabenizar todos os companheiros filiados, que levaram sempre o nome do PT para as praças, que conquistaram a simpatia dos eleitores. E fizemos quatro eleições federais, quatro eleições estaduais, colocando companheiros de luta, de batalha, sindicalistas, com a caneta na mão, com a chave do cofre na mão para fazer as políticas públicas que melhoraram consideravelmente a vida das pessoas, que tiraram 46 milhões de pessoas da linha de pobreza e deu a elas a oportunidade de ser feliz, de lutar e conquistar os seus direitos.

(Lê) “(...) Dando vez e voz ao negro, aos índios, aos quilombolas, aos jovens, aos LGBTs, às mulheres, proporcionando-lhes a oportunidade de viver e viver com dignidade. É com essa satisfação que digo: parabéns, companheirada! Estamos sofrendo muito com o nosso maior líder preso político, preso injustamente: Luís Inácio Lula da Silva.”

Mas não será a prisão de Lula que vai arrefecer a nossa coragem e a nossa vontade de lutar. Com toda a firmeza, estaremos na rua. Não adianta prender o Lula, pois o Lula é uma ideia. Não adianta querer nos enterrar, porque nós somos semente. Não adianta querer destruir os nossos sonhos, porque nós sonharemos sempre por um projeto de democracia e de conquista do poder nacional e estadual para continuar ampliando os lugares, para continuar ampliando as vagas e as oportunidades para o nosso povo viver feliz, e viver como cidadão de primeiro mundo. Não ser, aqui, subordinado àqueles que querem dizer em praça pública que brasileiro é ladrão ou que faculdade é apenas para alguns. Nós somos um povo batalhador, corajoso, inteligente, e vamos vencer todas essas dificuldades e essas tragédias que estamos vivendo agora.

Vamos firmes! Força, resistência, luta, esperança e vitória, são essas as palavras dessa companheira que vos fala aqui, neste momento, homenageando o nosso Partido dos Trabalhadores.

E quero deixar, por último, aqui, o registro, também, da minha tristeza por ver que um acidente ceifa a vida – como disse o deputado Samuel – de três pessoas importantes, cada uma em sua missão. É claro que o comunicador, que é o Boechat, está mais na boca do povo.

E fico, assim, pensando muito neste momento. Porque eu saí de minha casa às 4h40min. A partir de Alagoinhas, ligo sempre o carro na *Band News* para ver o movimento da capital, como é que está, e as notícias que estão rodando pelo país. E ouvi com muita atenção os comentários, porque já era o meu costume, quando ele citou as tragédias do Brumadinho; o assassinato dos jovens lá no morro do Rio de Janeiro; a morte dos jovens no incêndio do Centro de Treinamento do Flamengo. E quando ele disse vamos nos condoer, vamos sofrer juntos. Mas não basta apenas sofrer juntos, é preciso lutarmos para que não se tenha mais esses acontecimentos. Daí, ele falou até logo.

E, aí, me lembra muito aquela frase de um cantor, do qual não estou lembrando o nome agora, que diz o seguinte: “Viva cada minuto como se fosse o último, fazendo o bem, abraçando as pessoas, sendo solidário, lutando para que a gente tenha uma vida alegre, feliz e de oportunidade, porque a gente não sabe se chega até ali.”

Meus sentimentos aos familiares todos, ao país que está clamando por todos. E os vivos continuem na batalha pelo bem e pela vida.

Obrigada, deputada Maria del Carmen, nossa presidenta nesta sessão.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Não havendo matéria na Ordem do Dia, encerramos a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.